

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RIGER – RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Secretaria Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC)

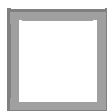




**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER)
SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)**

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Ano: 2025



Semestral



Anual

ATENÇÃO! Marque com um X uma das opções acima, conforme o período das informações: 1º semestre (consolida as informações do 1º semestre) ou anual (as informações do 1º semestre são acumuladas às do 2º semestre para fins de consolidação do ano vigente).

DADOS DO RELATÓRIO	
ELABORADO POR:	DEPARTAMENTO DE GESTÃO E GOVERNANÇA DE TIC (DEGET)
APROVADO POR:	SECRETARIA-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)
DATA DE EMISSÃO:	21/01/2026

DADOS REFERENCIAIS DA UNIDADE EMISSORA DO RIGER	
DENOMINAÇÃO:	SECRETARIA-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)
TELEFONE:	(21) 3133-9010
LINK:	https://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/secretarias-gerais/sgtec
CNPJ:	28.538.734/0001-48
E-MAIL GERAL:	sgtec@tjrj.jus.br



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Sumário

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	5
2. ESTRUTURA DA SECRETARIA-GERAL	6
2.1. Objetivo	6
2.2. Administração Superior	7
3. DEPARTAMENTOS	7
3.1 Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (DETIC)	7
3.2 Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário (DEATE)	8
3.3 Departamento de Sistemas Administrativos (DESAD)	11
3.4 Departamento de Gestão e Governança de TIC (DEGET)	12
3.5 Departamento de Sistemas Judiciais (DEJUD)	13
4. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DA SGTEC	15
4.1 Rotinas Administrativas (RADs) Gerais:	15
4.2 Rotinas Administrativas (RADs) Operacionais:	15
4.3 Direcionadores Estratégicos	18
5. INDICADORES E MÉTRICAS INSTITUCIONAIS	19
5.1 Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - IGovTIC-JUD	19
5.2 Disponibilidade do Banco de Dados.	20
5.3 Índice de Solicitações de Atendimentos Concluídas Dentro do Prazo	21
6. GOVERNANÇA DE TIC	23
6.1 Reestruturação do Escritório de Projetos	23
6.2 Melhoria da Gestão Orçamentária	24
6.3 Gestão da Observabilidade	26
6.4 Plano Diretor de TIC com foco em resultados	27
6.5 Qualidade de Software e Melhoria de Processos	29
6.6 Melhorias na Governança das Contratações de TIC	32
6.7 Atualização do Fluxo de Processos da SGTEC	33
6.8 Implantação do Novo Portal de Atendimento de TI	34
6.9 Pesquisa de Clima Organizacional	34
6.10 Pesquisa de Satisfação do Usuário	35



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

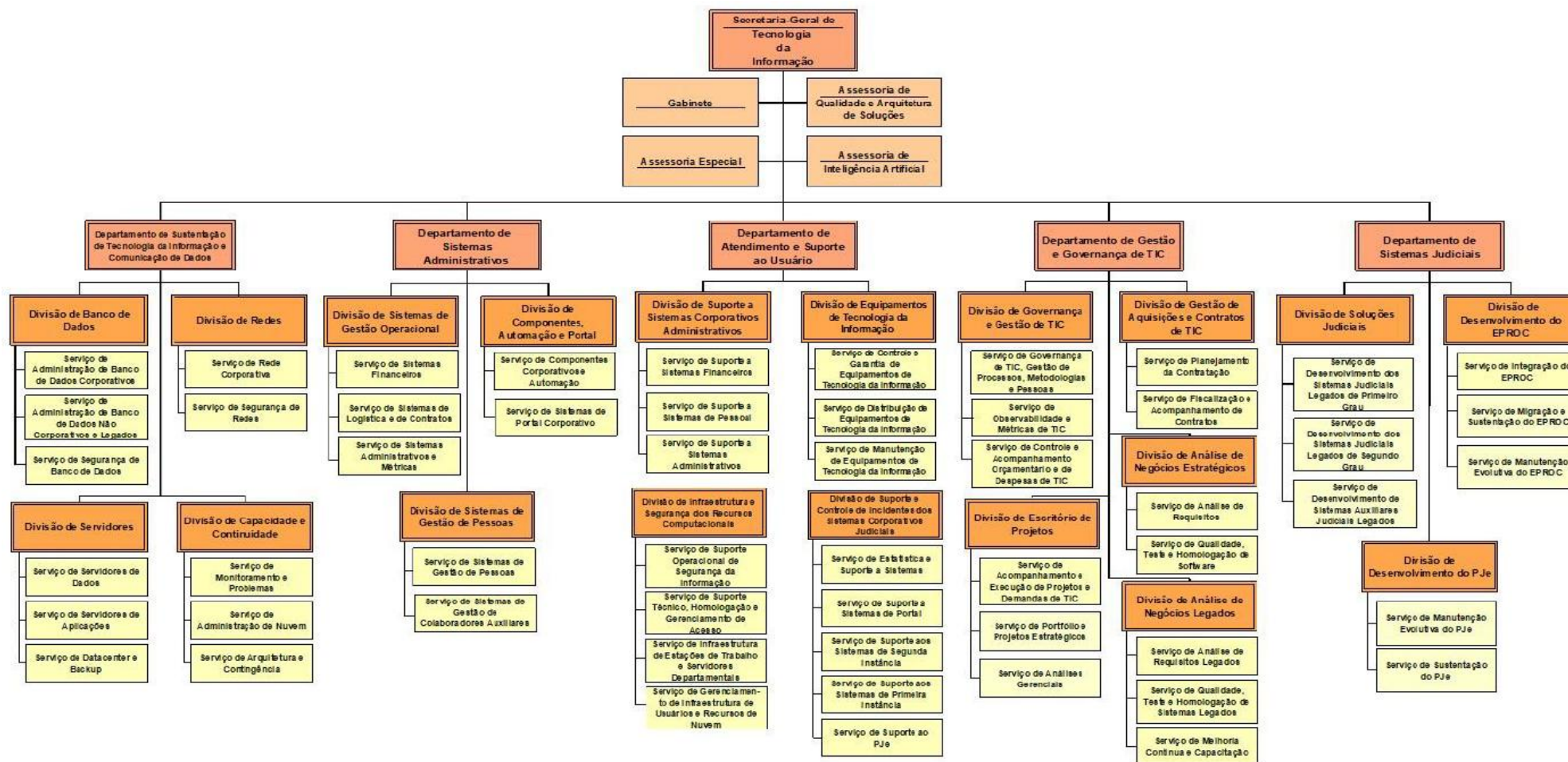
6.11	Capacitação das Equipes	35
6.12	Portfólio de Softwares e Especialistas - SOFE	36
6.13	Melhoria na documentação da Arquitetura de Referência e Segurança dos arquétipos	37
6.14	Criação de plataforma própria do TJERJ de Mensageria (Conformidade com PDPJ - CNJ)	37
7.	INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	38
7.1	Otimização de Custos, Eficiência Operacional e FinOps	38
7.2	Iniciativas DevOps	43
7.3	Ações de Monitoramento e Observabilidade	44
7.4	Atualização do Parque Tecnológico do TJRJ	49
7.5	Segurança da Informação	51
8.	SISTEMAS E APLICAÇÕES INSTITUCIONAIS	59
8.1	Sistema eproc	59
8.2	Evolução Contínua dos Sistemas PJe, EJUD e Sistema de Convênios	63
8.3	Evolução dos Sistemas Corporativos de Gestão de Pessoas (GPES/GPESWEB)	67
9.	ATENDIMENTO, SUPORTE AO USUÁRIO E VIRTUALIZAÇÃO DO TRABALHO	69
9.1	Infraestrutura de Computadores e Usuários	69
9.2	Atendimento ao Usuário	71
10.	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	73
10.1	Assistente IA (ASSIS) - 1ª e 2ª Instâncias	73
10.2	Precedentes Qualificados	75
10.3	Projeto de Classificador de Classes e Assuntos	77
11.	OUTRAS REALIZAÇÕES NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	80
11.1	Evolução de Sistemas Judiciais Legados	80
11.2	Evolução de Sistemas Administrativos	87
12.	PLANILHAS DE INDICADORES – ESTRATÉGICOS, GERENCIAIS E OPERACIONAIS	102



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

2. ESTRUTURA DA SECRETARIA-GERAL

2.1. Objetivo

A Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação tem por missão propiciar às unidades organizacionais do Poder Judiciário os recursos tecnológicos, os sistemas de informação e os serviços necessários à informatização de seus processos de gestão e operação, incumbindo-lhe, especialmente:

- a) propor ao órgão colegiado de Governança de Tecnologia da Informação as diretrizes e prioridades estratégicas relacionadas à informatização das unidades organizacionais e dos processos de gestão e operação;
- b) elaborar o plano diretor de tecnologia da informação para o Poder Judiciário, a partir de diretrizes e prioridades estratégicas homologadas pelo órgão colegiado de Governança de Tecnologia da Informação;
- c) promover a realização de estudos voltados à prospecção de novas tecnologias, métodos e ferramentas para apoio ao processo de informatização do Poder Judiciário;
- d) buscar soluções inovadoras de Tecnologia da Informação que contribuam para a melhoria da qualidade e agilidade da prestação jurisdicional;
- e) estimular e coordenar o relacionamento com unidades de informatização de outros Tribunais, do Poder Executivo Estadual, do Ministério Público e de outras entidades externas, no sentido da integração entre bases de dados e sistemas de informação.

São unidades da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação:

- I - Gabinete;
- II - Assessoria Especial;
- III - Assessoria de Inteligência Artificial;
- IV - Assessoria de Qualidade e Arquitetura de Soluções;
- V - Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

VI - Departamento de Sistemas Administrativos;

VII - Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário;

VIII - Departamento de Gestão e Governança de TIC;

IX - Departamento de Sistemas Judiciais;

2.2. Administração Superior

- **Secretário-Geral:** Daniel Haab

E-mail: sgtec@tjrj.jus.br

- **RD:** João Romano

E-mail: deget.digoc@tjrj.jus.br

- **Substituto de RD:** Leandro Soares

E-mail: deget.segov@tjrj.jus.br

3. DEPARTAMENTOS

3.1 Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (DETIC)

Cabe ao **Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados** prover e supervisionar toda a infraestrutura de tecnologia da informação (TI) necessária ao bom desempenho das atividades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

O **Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados** compreende as seguintes Unidades:

I Divisão de Servidores;

II Divisão de Redes;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

III Divisão de Banco de Dados;

IV Divisão de Capacidade e Continuidade.

São unidades da Divisão de Servidores:

I Serviço de Servidores de Dados;

II Serviço de Servidores de Aplicações;

III Serviço de Datacenter e Backup.

São unidades da Divisão de Redes:

I Serviço de Rede Corporativa;

II Serviço de Segurança de Redes.

São unidades da Divisão de Banco de Dados:

I Serviço de Administração de Banco de Dados Corporativos;

II Serviço de Administração de Banco de Dados Não Corporativos e Legados;

III Serviço de Segurança de Banco de Dados.

São unidades da Divisão de Capacidade e Continuidade:

I Serviço de Monitoramento e Problemas;

II Serviço de Administração de Nuvem;

III Serviço de Arquitetura e Contingência.

Diretor: Sidney Pryor

E-mail: detic.asse@tjrj.ius.br

3.2 Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário (DEATE)

Cabe ao Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário:



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- a) administrar a política de equipamentos de informática de pequeno porte;
- b) suprir o Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e a Administração do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro de informações para tomada de decisões a respeito de equipamentos de informática de pequeno porte, tais como: obsolescência, situação do estoque, distribuição dos equipamentos, necessidades de aquisição e outras similares que com elas guardem relação;
- c) administrar a política de aplicativos de apoio e sistemas;
- d) suprir o Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e a Administração de informações para tomada de decisões a respeito de aplicativos de apoio e sistemas, tais como: política de acessos, necessidades de aquisição e distribuição de licenças, dentre outras;
- e) monitorar e controlar a produtividade e qualidade dos serviços de suporte, treinamento e implantação, coordenando as iniciativas de melhoria contínua dos serviços, bem como atuando junto às empresas externas contratadas, para que os níveis de serviços acordados sejam cumpridos;
- f) administrar as políticas de treinamento e implantação de sistemas;
- g) gerir os recursos humanos e tecnológicos do Departamento, de forma a alocá-los da melhor maneira possível nas divisões e serviços, de acordo com as necessidades e demandas de cada área;
- h) controlar os processos administrativos que são encaminhados ao seu Departamento;
- i) participar de reuniões junto a Administração para definição de estratégias e políticas envolvendo o suporte e treinamento sistemas ou equipamentos de pequeno porte e aplicativos de apoio.

O Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário compreende as seguintes Unidades:

- I Divisão de Equipamentos de Tecnologia da Informação;
- II Divisão de Infraestrutura e Segurança dos Recursos Computacionais;
- III Divisão de Suporte a Sistemas Corporativos Administrativos;
- IV Divisão de Suporte e Controle de Incidentes dos Sistemas Corporativos Judiciais.

São unidades da Divisão de Equipamentos de Tecnologia da Informação:



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

I Serviço de Controle e Garantia de Equipamentos de Tecnologia da Informação;

II Serviço de Distribuição de Equipamentos de Tecnologia da Informação;

III Serviço de Manutenção de Equipamentos de Tecnologia da Informação.

São unidades da Divisão de Infraestrutura e Segurança dos Recursos Computacionais:

I Serviço de Suporte Operacional de Segurança da Informação;

II Serviço de Suporte Técnico, Homologação e Gerenciamento de Acesso;

III Serviço de Infraestrutura de Estações de Trabalho e Servidores Departamentais;

IV Serviço de Gerenciamento de Infraestrutura de Usuários e Recursos de Nuvem.

São unidades da Divisão de Suporte e Controle de Incidentes dos Sistemas Corporativos Judiciais:

I Serviço de Estatística e Suporte a Sistemas;

II Serviço de Serviço de Suporte a Sistemas de Portal;

III Serviço de Suporte aos Sistemas de Segunda Instância;

IV Serviço de Suporte aos Sistemas de Primeira Instância;

V Serviço de Suporte ao PJe.

São unidades da Divisão de Suporte a Sistemas Corporativos Administrativos:

I Serviço de Suporte a Sistemas de Pessoal;

II Serviço de Suporte a Sistemas Financeiros;

III Serviço de Suporte a Sistemas Administrativos.

Diretora: Bárbara Ramos

E-mail: deatesecretaria@tjrj.jus.br



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

3.3 Departamento de Sistemas Administrativos (DESAD)

Cabe ao Departamento de Sistemas Administrativos:

- a) responder pela concepção, desenvolvimento e implementação de sistemas de natureza administrativa para as unidades organizacionais do Poder Judiciário;
- b) dar apoio técnico e operacional à construção e implementação de sistemas pelas divisões do Departamento;
- c) responder, junto com o Departamento de Sistemas Judiciais, pela definição de metodologias, técnicas, ferramentas e padrões utilizados para o desenvolvimento de sistemas;
- d) planejar, coordenar, controlar e divulgar o processo de desenvolvimento de sistemas;
- e) fiscalizar o cumprimento e a observância dos critérios de desenvolvimento estabelecidos;
- f) planejar e fiscalizar a adequada utilização de recursos nas atividades pertinentes aos sistemas de informação.

O **Departamento de Sistemas Administrativos** compreende as seguintes Unidades:

- I Divisão de Componentes, Automação e Portal;
- II Divisão de Sistemas de Gestão Operacional;
- III Divisão de Sistemas de Gestão de Pessoas.

São unidades da Divisão de Componentes, Automação e Portal:

- I Serviço de Componentes Corporativos e Automação;
- II Serviço de Sistemas de Portal Corporativo.

São unidades da Divisão de Sistemas de Gestão Operacional:

- I Serviço de Sistemas Financeiros;
- II Serviço de Sistemas de Logística e de Contratos;
- III Serviço de Sistemas Administrativos e Métricas.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

São unidades da Divisão de Sistemas de Gestão de Pessoas:

- I Serviço de Sistemas de Gestão de Pessoas;
- II Serviço de Sistemas de Gestão de Colaboradores Auxiliares.

Diretor: Flávio Maceira

E-mail: desis.secretaria@tjrj.jus.br

3.4 Departamento de Gestão e Governança de TIC (DEGET)

Cabe ao Departamento de Gestão e Governança de TIC prover e supervisionar toda gestão de TIC promovendo ações visando o alinhamento da Governança de TIC com a Governança Institucional.

O **Departamento de Gestão e Governança de TIC** compreende as seguintes Unidades:

- I Divisão de Governança e Gestão de TIC;
- II Divisão de Gestão de Aquisições e Contratos de TIC;
- III Divisão de Escritório de Projetos;
- IV Divisão de Análise de Negócios Estratégicos;
- V Divisão de Análise de Negócios Legados.

São unidades da Divisão de Governança e Gestão de TIC:

- I Serviço de Governança de TIC, Gestão de Processos, Metodologias e Pessoas;
- II Serviço de Observabilidade e Métricas de TIC;
- III Serviço de Controle e Acompanhamento Orçamentário e de Despesas de TIC.

São unidades da Divisão de Gestão de Aquisições e Contratos de TIC:

- I Serviço de Planejamento da Contratação;
- II Serviço de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

São unidades da Divisão de Escritório de Projetos:

- I Serviço de Acompanhamento e Execução de Projetos e Demandas de TIC;
- II Serviço de Portfólio e Projetos Estratégicos;
- III Serviço de Análises Gerenciais.

São unidades da Divisão de Análise de Negócios Estratégicos:

- I Serviço de Análise de Requisitos;
- II Serviço de Qualidade, Teste e Homologação de Software.

São unidades da Divisão de Análise de Negócios Legados:

- I Serviço de Análise de Requisitos Legados;
- II Serviço de Qualidade, Teste e Homologação de Sistemas Legados;
- III Serviço de Melhoria Contínua e Capacitação.

Diretor: André Gurgel

E-mail: sgtec.deget@tjrj.jus.br

3.5 Departamento de Sistemas Judiciais (DEJUD)

Cabe ao Departamento de Sistemas Judiciais:

- a) responder pela concepção, desenvolvimento e implementação de sistemas de natureza corporativa judicial para as unidades organizacionais do Poder Judiciário;
- b) fomentar a integração dos sistemas judiciais à PDPJ;
- c) dar apoio técnico e operacional à construção e implementação de sistemas pelas divisões do Departamento;
- d) responder, junto com o Departamento de Sistemas Administrativos, pela definição de metodologias, técnicas, ferramentas e padrões utilizados para o desenvolvimento de sistemas;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- e) planejar, coordenar, controlar e divulgar o processo de desenvolvimento de sistemas judiciais;
- f) fiscalizar o cumprimento e a observância dos critérios de desenvolvimento estabelecidos;
- g) planejar e fiscalizar a adequada utilização de recursos nas atividades pertinentes aos sistemas de informação judiciais.

O **Departamento de Sistemas Judiciais** compreende as seguintes Unidades:

- I Divisão de Desenvolvimento do PJe;
- II Divisão de Desenvolvimento do EPROC;
- III Divisão de Soluções Judiciais.

São unidades da Divisão de Desenvolvimento do PJe:

- I Serviço de Manutenção Evolutiva do PJe;
- II Serviço de Sustentação do PJe.

São unidades de Desenvolvimento do EPROC:

- I Serviço de Integração do EPROC;
- II Serviço de Migração e Sustentação do EPROC;
- III Serviço de Manutenção Evolutiva do EPROC.

São unidades da Divisão de Soluções Judiciais:

- I Serviço de Desenvolvimento dos Sistemas Judiciais Legados de Primeiro Grau;
- II Serviço de Desenvolvimento dos Sistemas Judiciais Legados de Segundo Grau;
- III Serviço de Desenvolvimento de Sistemas Auxiliares Judiciais Legados.

Diretor: Rafael Alves

E-mail: sgtec.dejud@tjrj.jus.br



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

4. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DA SGTEC

4.1 Rotinas Administrativas (RADs) Gerais:

RAD-SGTEC-040 - Gerir o Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados

Estabelecer critérios e procedimentos gerais para a gestão do Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados, da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DETI) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ).

4.2 Rotinas Administrativas (RADs) Operacionais:

RAD-SGTEC-021 - Elaborar e Manter Rotinas de Armazenamento de Cópias de Segurança de Dados

Estabelecer critérios e procedimentos para a segurança da informação dos registros organizacionais armazenados eletronicamente, emitindo diretrizes gerais para sua confidencialidade, integridade e disponibilidade.

RAD-DGTEC-039 - Controlar Recebimento de Bens de Informática em Doação do Conselho Nacional de Justiça

Esta Rotina Administrativa (RAD) se aplica ao Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DEATE) e à Divisão de Equipamentos de Tecnologia da Informação da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DIETI) e demais unidades que apresentem interfaces com esse processo de trabalho. Estabelecer critérios e procedimentos para o recebimento de bens de informática em doação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

RAD-DGTEC-041 - Ciclo de Formação e Execução de Contratos de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação

Esta rotina administrativa (RAD) se aplica à Divisão de Gestão de Aquisições e Contratos de TIC, da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DIGAC) e demais unidades que apresentam interfaces com esse processo de trabalho. Tem o objetivo de padronizar o Ciclo de Contratação de Solução



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ),

RAD-DGTEC-042 – Gerir Contratos de Soluções de TIC

Esta rotina administrativa (RAD) se aplica à Divisão de Gestão de Aquisições e Contratos de TIC, da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DIGAC) e demais unidades que apresentam interfaces com esse processo de trabalho. Tem o objetivo de padronizar o processo de apoio à gestão dos contratos de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ)

RAD-SGTEC-043 - Administrar o Lançamento de Dados no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS

Estabelecer critérios e procedimentos para auxiliar as unidades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ) no cadastramento, acesso e envio de dados ao Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS, para o exercício do controle externo da Administração Pública, disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ.

RAD-SGTEC-047 – Gerenciar Problemas

Esta Rotina Administrativa (RAD) se aplica aos Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário, da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DEATE) e demais unidades que apresentam interfaces com esse processo de trabalho. Tem o objetivo de fornecer informações sobre o tratamento de problemas de Informática no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ).

RAD-SGTEC-048 – Gerenciar Requisições de Melhorias em Sistemas

Esta Rotina Administrativa (RAD) se aplica ao Departamento de Gestão e Governança de TIC da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DEGET), Departamento de Sistemas Judiciais da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DEJUD); ao Departamento de Sistemas Administrativos da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DESAD) e aos servidores das demais unidades organizacionais (UOs) que têm interfaces com este processo de trabalho. Tem o objetivo de estabelecer critérios e procedimentos para o processo de Gerenciar Requisições de Melhoria em Sistemas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ).



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

RAD-SGTEC-049 – Gerenciar Incidentes

Esta Rotina Administrativa (RAD) se aplica ao Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário, da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DEATE) e demais unidades que apresentam interfaces com esse processo de trabalho. Tem o objetivo de fornecer informações sobre o tratamento de incidentes de Informática no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

RAD-SGTEC-050 – Gerenciar Requisições de Usuários

Esta Rotina Administrativa (RAD) se aplica ao Departamento de Atendimento e Suporte ao Usuário, da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DEATE) e demais unidades que apresentam interfaces com esse processo de trabalho. Tem o objetivo de fornecer informações sobre a instalação e manutenção de equipamentos, aplicativos de apoio e sistemas utilizados pelos usuários no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ).

RAD-SGTEC-051 – Gerenciar Mudanças de TIC

Esta Rotina Administrativa (RAD) se aplica ao Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados, da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DETIC) e demais unidades que apresentam interfaces com esse processo de trabalho. Tem o objetivo de fornecer informações sobre o processo de gestão de mudanças que decorre em alterações na infraestrutura de TIC no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ).

RAD-SGTEC-052 – Gerenciar a Disponibilidade e a Capacidade de TIC

Esta rotina administrativa (RAD) se aplica ao Departamento de Sustentação de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC/DETIC) e demais unidades que apresentam interfaces com esse processo de trabalho. Tem o objetivo de estabelecer o processo de gerenciamento de disponibilidade e capacidade dos serviços e ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ).



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

4.3 Direcionadores Estratégicos

Missão

Propiciar às unidades organizacionais do Poder Judiciário soluções tecnológicas que contribuam para a modernização, agilidade e efetividade de seus processos de gestão e operação.

Visão

Ser referência em excelência na gestão tecnológica para o Poder Judiciário, até 2026, promovendo a transformação digital com soluções avançadas e integradas que garantam eficiência, transparência e agilidade na administração judiciária.

Política da Qualidade do PJERJ

Prestar jurisdição e apoio à solução de conflitos mediante a valorização de magistrados e servidores, implementando práticas de gestão que impulsionem a Instituição a alcançar seus objetivos.

Valores do PJERJ

- ética;
- probidade;
- transparência;
- integridade;
- acesso à justiça;
- celeridade;
- responsabilidade social e ambiental;
- imparcialidade;
- efetividade;
- modernidade



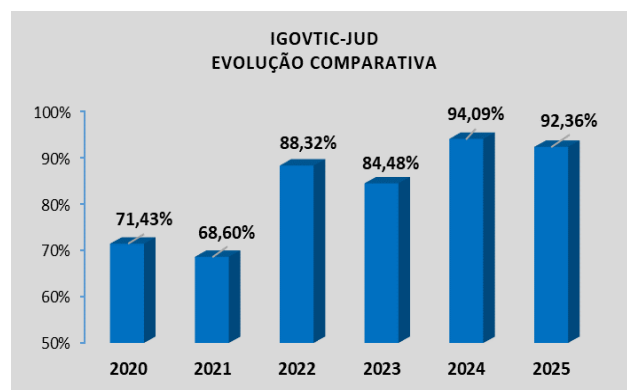
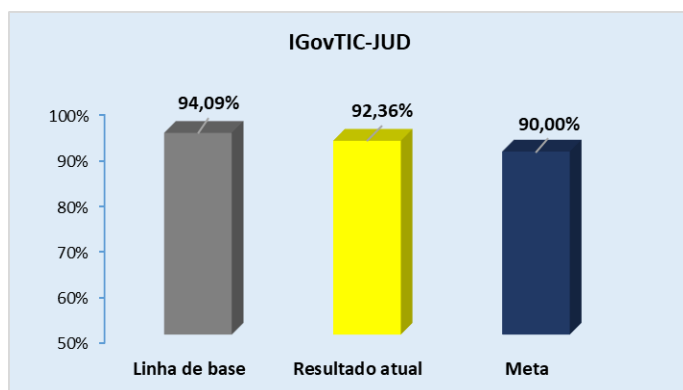
RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

5. INDICADORES E MÉTRICAS INSTITUCIONAIS

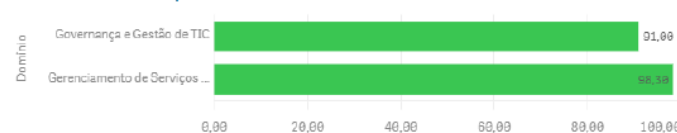
5.1 Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - IGovTIC-JUD

IGovTIC-JUD	
DEPARTAMENTO DE GESTÃO E GOVERNANÇA DE TIC (DEGET)	
Situações verificadas	
Linha de base	94,09%
Situação atual	92,36%
Meta	90,00%

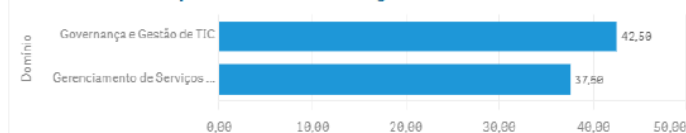


Média por Domínio em 2025

Média dos Resultados por Domínio da área de TIC

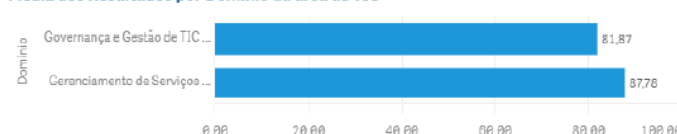


Média dos Resultados por Domínio da área de Negócio

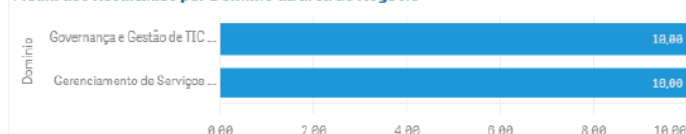


Média por domínio em 2024

Média dos Resultados por Domínio da área de TIC



Média dos Resultados por Domínio da área de Negócio





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Análise geral:

O iGovTIC-Jud é um instrumento de avaliação desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de mensurar o nível de maturidade em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nos órgãos sob seu controle administrativo e financeiro. A aferição do iGovTIC-Jud é realizada anualmente por meio de um questionário e evidências documentais.

O TJERJ obteve pontuação de 92,36 no iGovTIC-JUD 2025, resultado ligeiramente inferior ao de 2024 (94,09), mas ainda enquadrado no nível de maturidade “Excelência”, destinado às instituições que alcançam mais de 90 pontos. A análise por domínios evidencia uma evolução no Domínio da Área de TIC. O índice geral só não superou o resultado de 2024 em razão da pontuação do Domínio da Área de Negócio.

5.2 Disponibilidade do Banco de Dados.

DISPONIBILIDADE DE BANCO DE DADOS

DEPARTAMENTO DE SUSTENTAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE DADOS (DETC)

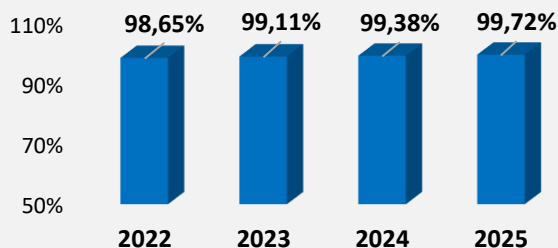
Situações verificadas

<i>Linha de base</i>	99,38%
<i>Situação atual</i>	99,64%
<i>Meta</i>	99,50%

Disponibilidade de Banco de Dados Resultado no Período



DISPONIBILIDADE DE BANCO DE DADOS EVOLUÇÃO COMPARATIVA



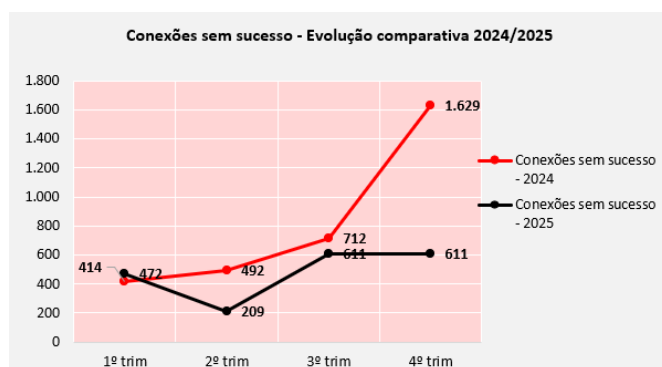
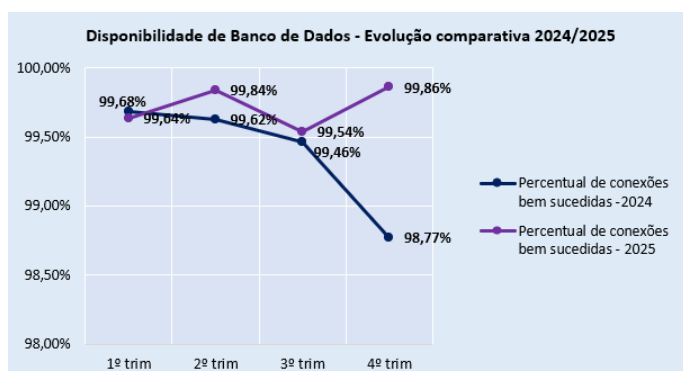


RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Análise geral:

No 1º semestre de 2025, devido a ações reativas mais eficazes e a uma constante melhoria no monitoramento, obteve-se um percentual médio de disponibilidade dentro da meta, sem ocorrências relevantes.



5.3 Índice de Solicitações de Atendimentos Concluídas Dentro do Prazo

ÍNDICE DE SOLICITAÇÕES DE ATENDIMENTOS CONCLUÍDAS DENTRO DO PRAZO

DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO E SUPORTE AO USUÁRIO (DEATE)

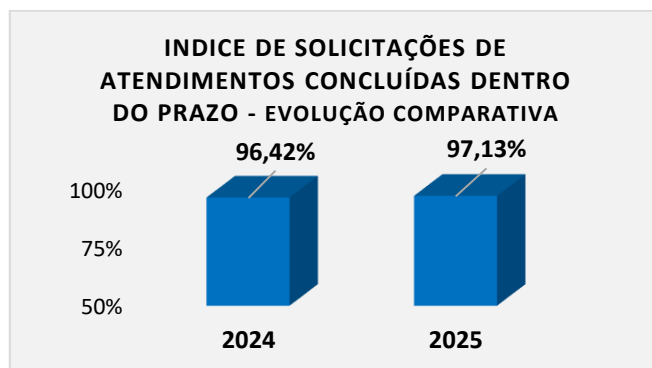
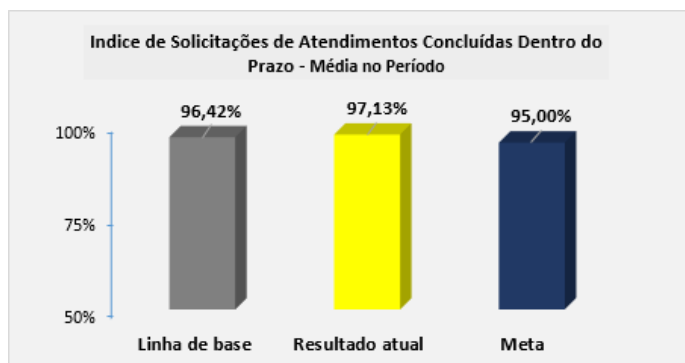
Situações verificadas

Linha de base	96,42%
Situação atual	97,13%
Meta	95,00%



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



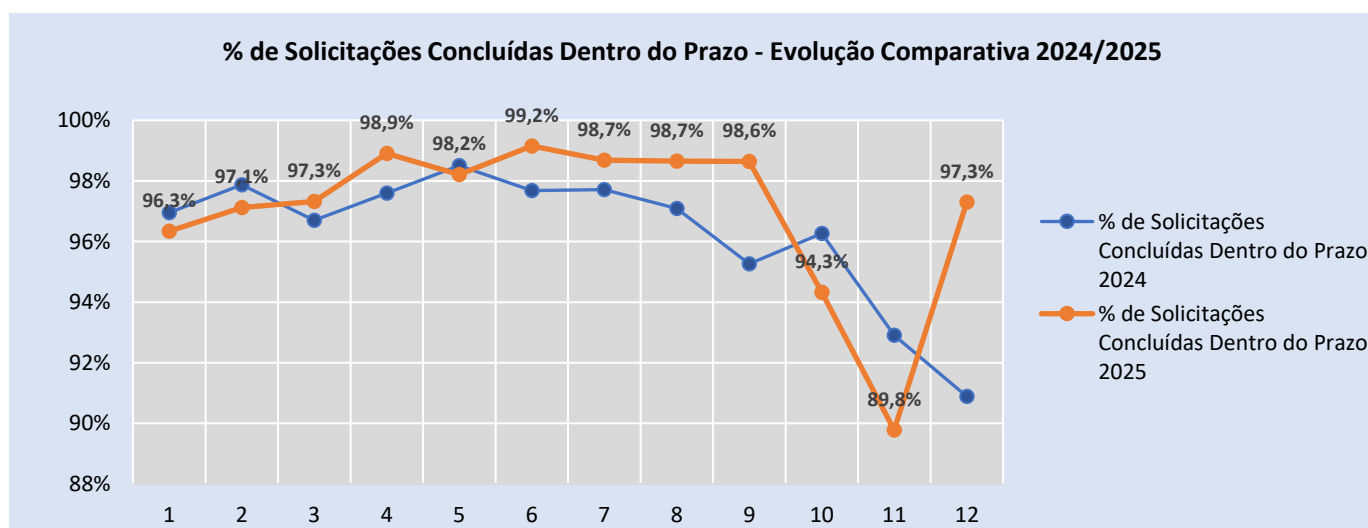
Análise geral:

Em 2025, durante a maior parte do período avaliado, o indicador manteve-se em patamar superior à meta estabelecida (95%). Como exceção, registra-se os meses de outubro e novembro de 2025.

Tal ocorrência decorre da implantação da nova ferramenta de SGTI, realizada em 27/10/2025. Após a entrada em produção, foram identificadas inconsistências na contagem e na atribuição de SLA, tais como a geração de registros duplicados e a desconsideração do horário de expediente, o que impactou diretamente a apuração do indicador.

As inconsistências identificadas encontram-se em fase de tratativa pelas equipes da SGTEC/DIGOC.

Índice de Solicitações de Atendimentos Concluídas Dentro do Prazo - Evolução Comparativa 2024/2025													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Resultado no período
Solicitações Registradas - 2024	34.115	33.252	38.147	39.515	40.877	38.408	42.982	42.022	42.046	44.854	37.314	28.228	461.760
Solicitações Concluídas Dentro do Prazo - 2024	33.077	32.545	36.887	38.564	40.266	37.519	41.998	40.800	40.054	43.179	34.668	25.656	445.213
% de Solicitações Concluídas Dentro do Prazo 2024	96,96%	97,87%	96,70%	97,59%	98,51%	97,69%	97,71%	97,09%	95,26%	96,27%	92,91%	90,89%	96,42%
Solicitações Registradas - 2025	42.914	43.690	44.822	44.524	47.504	43.551	47.439	47.496	50.224	48.788	38.304	32.101	531.357
Solicitações Concluídas Dentro do Prazo - 2025	41.344	42.434	43.621	44.037	46.654	43.182	46.816	46.859	49.543	46.018	34.390	31.235	516.133
% de Solicitações Concluídas Dentro do Prazo 2025	96,3%	97,1%	97,3%	98,9%	98,2%	99,2%	98,7%	98,7%	98,6%	94,3%	89,8%	97,3%	97,1%





ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

6. GOVERNANÇA DE TIC

6.1 Reestruturação do Escritório de Projetos

A reestruturação do Escritório de Projetos (DIESP) foi conduzida como uma ação estratégica voltada à profissionalização da gestão de projetos de TI da SGTEC, alinhando sua atuação às melhores práticas e diretrizes metodológicas.

Essa iniciativa incluiu a definição e padronização de metodologias de trabalho, com a adoção integrada de abordagens ágeis e tradicionais, conforme a natureza e complexidade dos projetos.

A DIESP passou a atuar como canal único de entrada das demandas de TI, o que exigiu a implementação de processos mais eficientes, com maior organização, padronização e rastreabilidade das solicitações.

Foi realizada a contratação de profissionais especializados em gerenciamento de projetos, o que possibilitou a criação de uma estrutura dividida entre equipe de governança (entrada e triagem de demandas) e gerentes de projetos dedicados, promovendo uma atuação mais técnica, orientada a resultados.

Com a nova estrutura, o Escritório de Projetos passou a atuar com maior alinhamento estratégico, contribuindo diretamente para a consolidação de práticas mais eficazes de gestão de projetos.

A transparência foi reforçada como um dos pilares dessa reestruturação, com a criação de novos mecanismos de monitoramento e comunicação, incluindo dashboards executivos e gerenciais voltados à alta administração, garantindo maior controle, visibilidade e prestação de contas.

Como resultado, os projetos passaram a ser conduzidos com mais agilidade, previsibilidade e clareza, fortalecendo a entrega de valor e promovendo melhoria contínua nos processos e nas entregas da SGTEC.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

6.2 Melhoria da Gestão Orçamentária

O acompanhamento sistemático do orçamento tornou-se uma necessidade para aperfeiçoar a alocação dos recursos da SGTEC e orientar a alta administração à tomada de decisões mais assertivas. Dessa forma, a disponibilização do painel de acompanhamento orçamentário marcou um avanço significativo na governança da informação dentro da SGTEC. Após sua implementação, o painel passou a ser utilizado como instrumento central de apoio às análises apresentadas na Comissão de Políticas Institucionais para Integração da Gestão Estratégica, Financeira e Orçamentária (COPAE), contribuindo diretamente para o processo decisório em relação ao Plano Orçamentário do Tribunal. Ao oferecer uma visão estruturada, comparativa e tempestiva sobre o planejamento e a execução do orçamento de TIC, o painel permitiu que as deliberações estratégicas fossem amparadas por evidências concretas, ampliando a assertividade das recomendações e a capacidade de reação da alta administração frente às demandas institucionais.

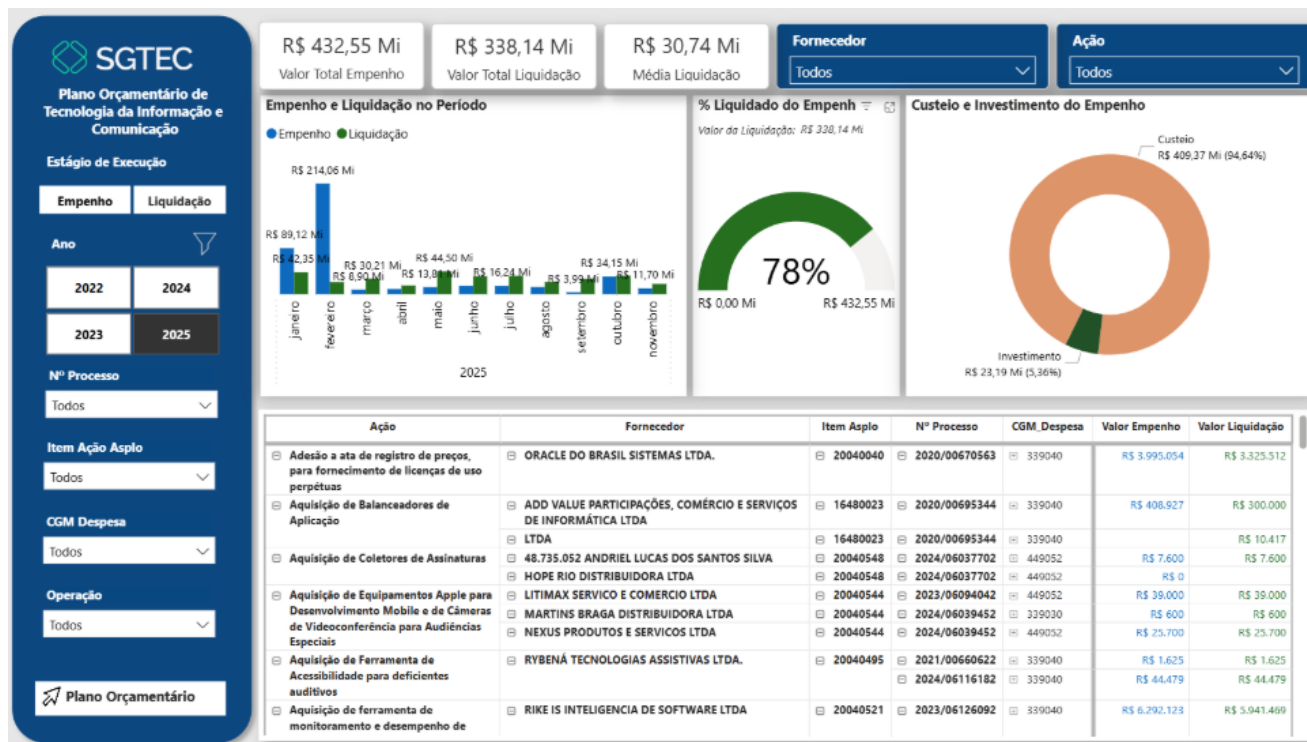
A iniciativa também reforça o alinhamento da SGTEC com as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), que previu, por meio dos resultados-chaves (KRs) 1.5 e 1.6, o desenvolvimento de soluções capazes de consolidar dados orçamentários e monitorar o cumprimento do Plano Anual de Contratações. O cumprimento desses KRs demonstra a evolução da área no sentido de fortalecer métricas, governança e mecanismos de controle, em consonância com o objetivo estratégico de TIC estabelecido *“Fortalecer governança, métricas e controle orçamentário”*. Assim, o painel não apenas amplia a transparência e o acompanhamento dos recursos, mas consolida a SGTEC como protagonista na gestão eficiente e orientada a dados dentro do TJRJ.

No âmbito do **KR1.5 – Disponibilizar um painel de acompanhamento das despesas mensais de TIC, integrado ao sistema financeiro do TJRJ**, foi desenvolvido o painel de Execução Orçamentária, que consolida informações de empenho, liquidação e classificação das despesas ao longo do tempo. Com indicadores imediatos, evolução temporal das despesas e rastreabilidade completa das notas de empenho, o painel permite uma leitura clara da dinâmica de execução dos recursos e facilita análises comparativas entre períodos, fornecedores, categorias e itens de ação. Essa visualização, integrada ao sistema GRP, fortalece o monitoramento contínuo e assegura maior precisão no acompanhamento financeiro.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

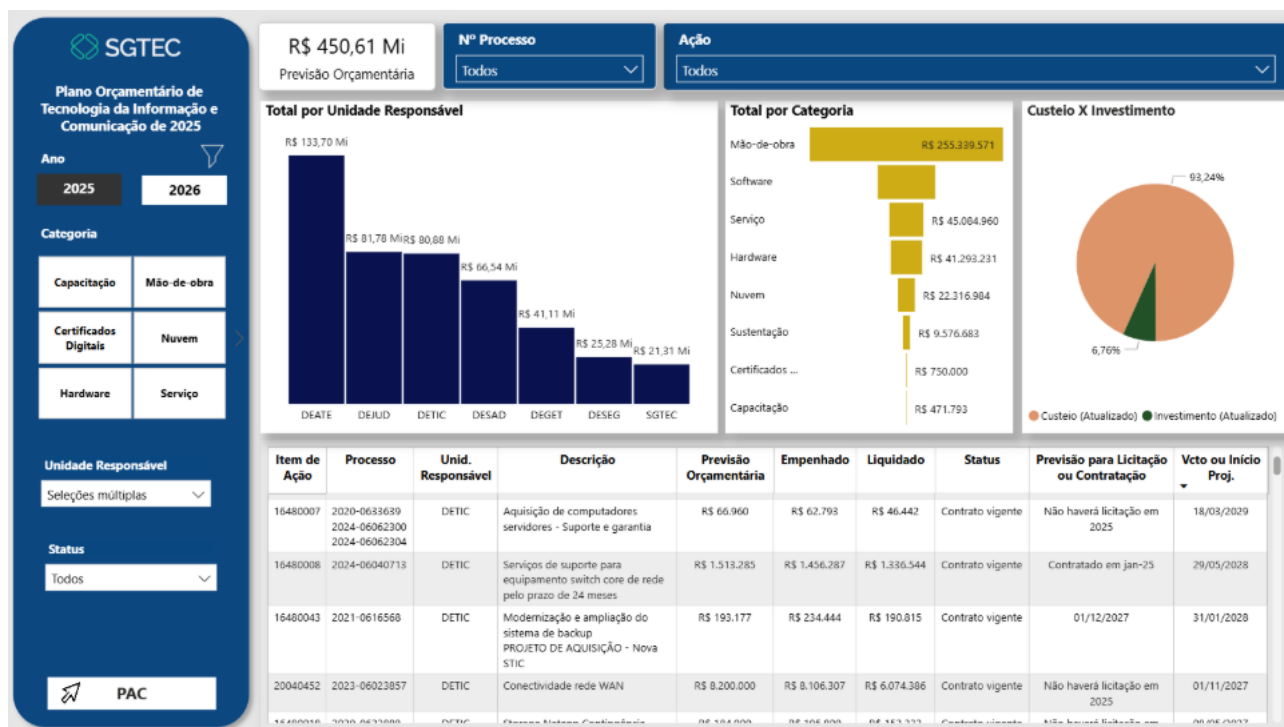


De forma complementar, o **KR1.6 – Disponibilizar um painel de acompanhamento entre o orçamento de TIC planejado e executado, visando aprimorar a transparência e o monitoramento da execução do Plano Anual de Contratações**, foi atendido por meio do painel de Planejamento Orçamentário abaixo. Nele, são apresentadas as previsões orçamentárias por unidade responsável, categoria de despesa e ações do Plano Orçamentário, permitindo confrontar os valores inicialmente planejados com o que vem sendo executado ao longo do exercício. Essa ferramenta evidencia, de maneira estruturada, a aderência das contratações ao orçamento aprovado, facilitando a identificação de distorções, ajustes necessários e oportunidades de otimização na alocação dos recursos.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.



A articulação entre esses dois painéis oferece uma visão completa do ciclo orçamentário da SGTEC, integrando o planejamento, a execução e o monitoramento das ações de TIC. Com isso, a Secretaria passa a contar com instrumentos capazes de apoiar decisões estratégicas, aprimorar a governança e facilitar a prestação de contas, consolidando uma gestão orientada por dados e plenamente alinhada às metas estabelecidas no PDTIC.

6.3 Gestão da Observabilidade

A observabilidade pode ser compreendida como a capacidade de entender o comportamento interno de um sistema a partir dos sinais externos que podem ser observados por meio do monitoramento e análise de logs, métricas e traces do sistema. Em outras palavras, trata-se da capacidade de observar como os sistemas estão se comportando com base nos dados por eles produzidos, conduzindo a uma possibilidade de identificação de problemas assim que eles ocorrem, ou até mesmo antes, e viabilizando a atuação preventiva da SGTEC e o foco na melhoria contínua da experiência do usuário.

Portanto, a observabilidade mostra-se ser uma prática fundamental e extremamente poderosa para lidar com as características dos sistemas modernos - altamente distribuídos, dinâmicos e complexos - na



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

medida em que permite melhor visibilidade, monitoramento mais seguro e elevado nível de compreensão do resultado das interações entre os diversos componentes que compõem esses sistemas.

Durante o primeiro semestre de 2025, houve expressivo aumento na observabilidade de sistemas, tanto em ambientes produtivos quanto não produtivos, das áreas administrativa e judicial. Esse avanço decorreu da otimização na gestão de licenças, evidenciada através da ocorrência de alertas em mais serviços, aplicações e APIs, bem como pela maior adoção da ferramenta por parte dos usuários, que têm à disposição treinamentos e capacitações do Dynatrace.

Durante o segundo semestre de 2025, as equipes dos departamentos da SGTEC realizaram uma ação de capacitação extremamente relevante, por meio de curso oficial ministrado pela fornecedora da solução ao PJERJ. Além disso, a equipe de Observabilidade continuou a desenvolver suas competências por meio do uso contínuo e regular da ferramenta. Como exemplo expressivo, o Dynatrace chegou a ser utilizado por 54 usuários distintos em um único dia, mantendo uma média diária de aproximadamente 35 a 40 usuários — um excelente indicador de engajamento para a equipe de Observabilidade da instituição.

Assim como no primeiro semestre, no segundo semestre as equipes ampliaram o dinamismo na alocação de licenças, expandindo e alcançando observabilidade no ambiente OpenShift, executado localmente no Data Center da instituição, além do ambiente em nuvem AWS, que já se encontrava amplamente observável desde o início da implantação da ferramenta em 2024. Esse tema é tão relevante para a equipe que, mesmo com a significativa expansão do sistema eproc, a área de Observabilidade tem conseguido manter a infraestrutura que suporta o principal sistema judicial da instituição com observabilidade plena, contribuindo de forma decisiva para a rápida identificação e resolução de incidentes e problemas — tudo isso sem prejuízo da observabilidade dos demais sistemas já atendidos pela equipe.

6.4 Plano Diretor de TIC com foco em resultados

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) estabelece as diretrizes e prioridades para a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), alinhando-se à Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) e ao Plano Estratégico Institucional do Tribunal. Sua elaboração tem como



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

premissa a modernização dos serviços digitais e a melhoria contínua da governança, infraestrutura, segurança e qualidade dos serviços prestados.

Como principal inovação metodológica, o plano para o biênio 2025/2026 foi desenvolvido com base no modelo OKR (*Objectives and Key Results*), que permitiu definir objetivos estratégicos claros e mensuráveis, com forte engajamento colaborativo entre as áreas da SGTEC. Essa abordagem trouxe mais foco, transparência e alinhamento às metas institucionais.

Foram definidos cinco objetivos estratégicos, cada um detalhado com seus respectivos resultados-chave (KRs) e iniciativas concretas para alcançá-los:

- ◇ Fortalecer a governança, métricas e controle orçamentário
- ◇ Elevar a qualidade das entregas e eficiência operacional
- ◇ Promover a entrega de valor e serviços para clientes internos e externos
- ◇ Aprimorar a infraestrutura de TIC
- ◇ Elevar a proteção cibernética garantindo a continuidade de negócio

Aos objetivos foram associados um total de 45 (quarenta e cinco) resultados-chaves, com seus quantitativos e prazos, permitindo monitoramento contínuo e ajustes dinâmicos ao longo do biênio.

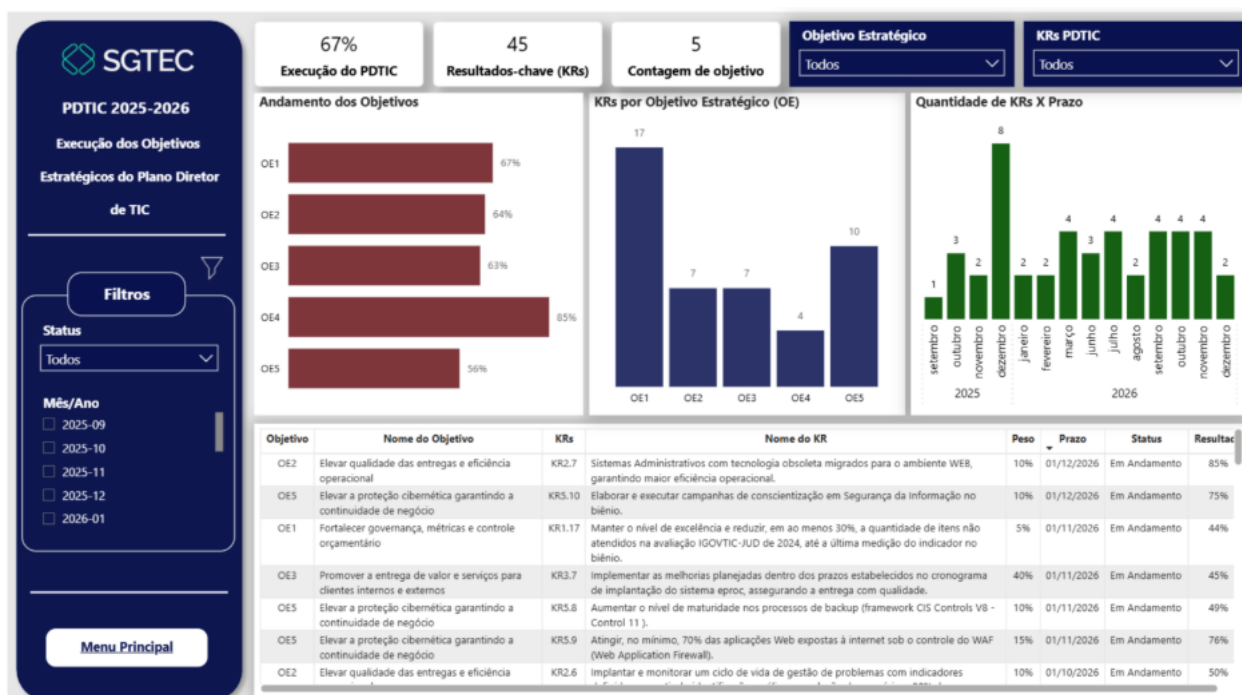
Entre os projetos e entregas previstos destacam-se a evolução do sistema eletrônico processual (eproc), a ampliação do assistente jurídico com IA (ASSIS), novas soluções de autoatendimento, melhorias na infraestrutura e na segurança cibernética, além do fortalecimento da governança de contratações e controle orçamentário.

O acompanhamento da execução do PDTIC é realizado por meio de monitoramento mensal dos Resultados-Chave (KRs), permitindo avaliar o desempenho das iniciativas e identificar eventuais necessidades de ajuste ao longo do biênio. Os dados consolidados são divulgados em um painel de acompanhamento, que oferece visão atualizada, transparente e acessível do progresso de cada objetivo estratégico, fortalecendo a governança e a tomada de decisão baseada em evidências.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.



O Plano Diretor de TIC reafirma o compromisso do Tribunal com a inovação, eficiência e segurança na prestação jurisdicional, usando a metodologia OKR como catalisadora para alinhar esforços estratégicos e operacionais e entregar maior valor à sociedade e aos usuários internos e externos do Poder Judiciário.

6.5 Qualidade de Software e Melhoria de Processos

Em 2025, a área de Qualidade da SGTEC estruturou um dos maiores mapeamentos da situação atual dos macroprocessos de TIC já realizados na Secretaria, identificando 205 oportunidades de melhoria em processos de desenvolvimento, teste, requisitos, infraestrutura e governança. Esse trabalho gerou um mapa detalhado de fragilidades e ações necessárias, permitindo aos gestores uma visão inédita da saúde operacional da TI. Do total mapeado, 58 ações (28%) foram completamente implementadas ao longo do ano, e outras 30 (15%) estão em andamento, totalizando 43% das melhorias já tratadas. As ações implementadas envolveram padronização de processos, ajustes nos fluxos de requisitos, melhorias em ambientes de teste, fortalecimento da segurança e aprimoramentos no Azure DevOps.

A distribuição das responsabilidades evidencia a abrangência institucional do trabalho. Por tipo: Gerencial (28%), Qualidade (27%) e Testes (14%) lideram a execução das ações, demonstrando alinhamento

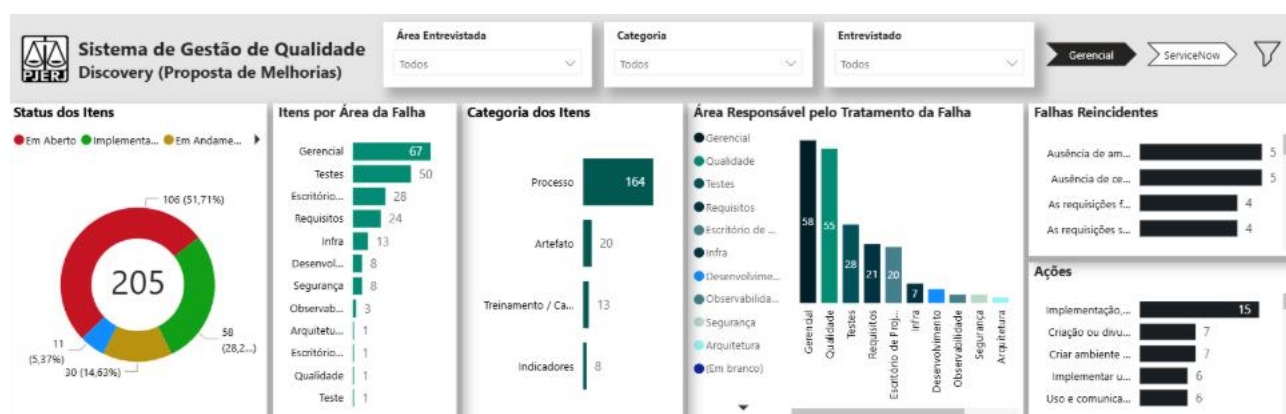


RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.

transversal e colaboração entre as áreas. Esse movimento reforça que a equipe de Qualidade deixou de atuar apenas como apoio e passou a exercer papel estratégico na maturidade da SGTEC.

O acompanhamento das oportunidades de melhoria passou a ser realizado por meio de um **painel de Gestão da Qualidade - Discovery**, permitindo visualizar o avanço das ações e apoiar a tomada de decisão com maior transparência e rigor de governança.



Foi ampliado o conteúdo do [Portal da Qualidade](#), que recebeu novos modelos, manuais padronizados e um *Guia de Acesso às Normas e Procedimentos*. A consolidação desses materiais em um único repositório fortalece a padronização institucional, facilita o acesso às orientações e assegura maior uniformidade na aplicação dos processos da SGTEC.

Foi também estruturado um [Painel de Indicadores da Governança TIC](#), reunindo indicadores de infraestrutura, atendimento e operações (via sistemas de atendimento), implantação (via plataforma SOFE), capacitação (via plataforma Udemy), governança estratégica (a partir do Plano Diretor de TIC, da Pesquisa de Satisfação do Usuário e da Pesquisa de Clima Organizacional), qualidade de software e testes (via sistema Azure), segurança e qualidade de código (via ferramentas SonarQube) e por meio das RADs, que consolidam indicadores essenciais dos processos avaliados em auditoria. Esse conjunto integrado fortaleceu a governança e viabilizou análises consistentes de desempenho, riscos e eficiência em todas as áreas da Diretoria.

A SGTEC consolidou o uso do SonarQube como ferramenta estratégica para o monitoramento contínuo da qualidade do código-fonte das aplicações institucionais. Com 301 projetos de software cadastrados, o SonarQube passou a oferecer uma visão abrangente e objetiva da qualidade técnica dos sistemas,



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

permitindo entender com clareza “onde estamos” e orientar, de forma estruturada, as ações necessárias para avançar rumo ao nível de qualidade desejado. Esse diagnóstico permanente representa o fortalecimento da cultura de qualidade no desenvolvimento de software do Tribunal.

A partir das métricas extraídas — *bugs*, vulnerabilidades, *code smells*, débito técnico, cobertura de código, confiabilidade, segurança e manutenibilidade — foi possível estabelecer indicadores concretos de qualidade, apoiar a tomada de decisão gerencial e direcionar esforços corretivos baseados em evidências. O uso sistemático dessas informações ampliou a visibilidade dos riscos técnicos, permitindo atuação preventiva sobre falhas críticas e vulnerabilidades de segurança.

Além disso, o painel [Gestão da Qualidade – SonarQube](#) passou a consolidar a evolução da qualidade do código ao longo do tempo, por projeto, equipe e severidade dos achados. Essa visão integrada reforçou a governança de TIC, aumentou a previsibilidade das entregas e impulsionou a melhoria contínua dos processos de desenvolvimento — estabelecendo o SonarQube como um **pilar essencial para a elevação da qualidade de software na SGTEC**.



A realização dos pilotos conduzidos no processo de testes nos sistemas EPROC, PJe e DCP foram decisivos para validar a nova abordagem de testes e fortalecer a confiança das áreas estratégicas na proposta de evolução dos processos. A atuação da Qualidade permitiu acompanhar de forma estruturada a execução, a cobertura e a maturidade dos testes, criando uma base sólida para a construção de um modelo unificado no Tribunal.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Em síntese, 2025 marcou avanços decisivos para a Qualidade na SGTEC, com ganhos em padronização, governança e melhoria contínua que reforçam a eficiência e a confiabilidade da TI. Esses resultados consolidam uma base sólida para a evolução dos próximos ciclos.

Para 2026, prevê-se o encerramento dos pilotos de teste (EPROC, PJe e DCP), acompanhados da realização de pesquisas de satisfação para avaliar resultados e a percepção dos usuários, a consolidação dos indicadores de qualidade e o avanço das ações de segurança com SonarQube e ZAP OWASP. Também está prevista a implantação de *Quality Gates* no fluxo *pré-deploy* e o início da implantação de uma Gerência de Configuração reforçando a maturidade e a confiabilidade do ciclo de desenvolvimento.

6.6 Melhorias na Governança das Contratações de TIC

Dando continuidade às iniciativas de aprimoramento da governança das contratações de TIC, foi promovido, no último semestre, o refinamento e a adaptação dos fluxos de trabalho internos da DIGAC, em decorrência das alterações organizacionais instituídas pela Resolução OE nº 03/2025, que reestruturou a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

As adaptações envolveram ajustes em papéis e responsabilidades, bem como a redefinição de interfaces com outras unidades envolvidas no planejamento e na execução das contratações, com ênfase na Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL). Como resultado, os fluxos previamente redesenhados foram atualizados e revalidados junto às áreas parceiras, garantindo alinhamento com o novo arranjo institucional.

Como medida adicional de apoio à gestão, foi desenvolvido e iniciado o processo de implementação de alertas automáticos por meio da plataforma Microsoft Teams, destinados aos gestores dos contratos de TIC. Essa funcionalidade tem por finalidade informar, com a devida antecedência, sobre contratos cuja vigência esteja próxima do término, possibilitando a adoção tempestiva das providências necessárias à prorrogação contratual ou à preparação de nova contratação, reduzindo riscos de descontinuidade dos serviços.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Mantêm-se as reuniões gerenciais semanais, o uso do dashboard gerencial em Microsoft Power BI, e o acompanhamento detalhado via Microsoft Planner, o que tem proporcionado maior transparência, controle e previsibilidade ao andamento das contratações de TIC.

6.7 Atualização do Fluxo de Processos da SGTEC

O mapeamento e a revisão do processo de Gestão de Requisições de Melhorias de Sistemas durante o ano de 2025 representaram um avanço significativo na padronização das rotinas internas por envolver diversas equipes de diferentes unidades organizacionais da SGTEC. Esse trabalho envolveu a análise de todas as etapas do fluxo — desde o recebimento e entendimento das demandas, incluindo a priorização e o levantamento de requisitos com o PO (Product Owner), até a entrega efetiva das melhorias. Durante o levantamento, foram identificados gargalos, sobreposições e oportunidades para aprimorar a comunicação entre as equipes e fortalecer o alinhamento entre as áreas de negócio e as equipes técnicas. Como resultado, o processo passou a contar com regras mais claras e papéis e responsabilidades bem definidos, contribuindo para ganhos de eficiência, transparência e qualidade nas entregas.

Além dessa iniciativa, mais de 10 RADs da SGTEC foram revisadas, abrangendo áreas como atendimento, infraestrutura, segurança e governança. Entre eles destaca-se o processo de Gerenciamento de Contratos de Soluções de TIC, que passou por atualização para fortalecer o acompanhamento das execuções contratuais, a conformidade com requisitos legais e a gestão de riscos associados às contratações. Essas revisões vêm promovendo maior padronização, e uma visão integrada dos diversos fluxos que compõem a atuação da SGTEC.

Como continuidade desse ciclo de aprimoramento, está prevista a documentação de mais duas RADs até o final do biênio, tais quais compreenderão a gestão de novos projetos e a gestão orçamentária de TIC, consolidando a evolução metodológica da área de gestão e governança e reforçando a documentação de processos internos e de rotinas administrativas. Essa modernização dos processos cria bases mais sólidas para auditorias, aumenta a confiabilidade das informações e contribui para uma gestão mais eficiente e orientada a resultados.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

6.8 Implantação do Novo Portal de Atendimento de TI

A implantação do Portal de Atendimento de TI, nova plataforma de gestão de serviços e suporte da SGTEC, foi concluída em 28 de outubro, representando um importante marco na modernização dos serviços oferecidos pela área de tecnologia. Desde sua entrada em operação, a solução vem aprimorando de forma consistente a qualidade do atendimento, proporcionando maior agilidade, padronização e visibilidade sobre toda a cadeia de serviços de TI.

O portal permite estabelecer e acompanhar, em tempo real, metas e indicadores de desempenho, fortalecendo a governança e possibilitando um monitoramento mais preciso das operações. Esse novo modelo de acompanhamento tem contribuído para a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, permitindo intervenções rápidas e decisões mais assertivas.

Além disso, a plataforma oferece um ambiente mais integrado e eficiente para a gestão de processos e serviços, ampliando a coordenação entre equipes e melhorando a capacidade de resposta às demandas internas e externas. A adoção do Portal de Atendimento fortalece a padronização de fluxos, o registro formal das atividades e a rastreabilidade das informações.

Para o usuário final, o Portal de Atendimento de TI trouxe uma experiência mais moderna e intuitiva, com acesso simplificado à abertura e ao acompanhamento de chamados. O chatbot corporativo, que ampliará ainda mais a capacidade de autoatendimento e agilizará o esclarecimento de dúvidas, será disponibilizado em breve no Portal e no Microsoft Teams.

Com a entrega efetiva da solução e os primeiros resultados positivos já observados, a SGTEC alinha-se às melhores práticas de mercado e às necessidades institucionais, com impacto direto na melhoria da experiência dos usuários e na eficiência da gestão de TI.

6.9 Pesquisa de Clima Organizacional

Com o objetivo de mapear aspectos do ambiente interno de trabalho e identificar oportunidades de melhoria, foi realizada a primeira Pesquisa de Clima Organizacional junto aos servidores da SGTEC e do Departamento de Segurança da Informação (DESEG), no período de 13/05/2025 a 23/05/2025.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

A pesquisa registrou a participação de 235 respondentes, distribuídos entre 170 colaboradores e 65 servidores, representando uma adesão significativa e permitindo uma análise consistente do clima organizacional das áreas.

Como resultado geral, foi obtido o Clima Médio Geral de 3,4, em uma escala de 1 a 4, indicando uma percepção predominantemente positiva dos respondentes em relação ao ambiente de trabalho e oferecendo subsídios relevantes para o planejamento de ações de melhoria.

6.10 Pesquisa de Satisfação do Usuário

Com o objetivo de fomentar a melhoria contínua dos serviços prestados e assegurar maior eficiência e qualidade nos processos internos, a SGTEC realizou a primeira edição da Pesquisa de Satisfação do Usuário (PSU). A iniciativa visa compreender a percepção dos usuários internos sobre os serviços de tecnologia oferecidos, permitindo identificar pontos fortes, oportunidades de aprimoramento e direcionar ações estratégicas.

A pesquisa foi conduzida entre 04/09/2025 e 03/10/2025, por meio de formulário eletrônico (Forms) encaminhado aos usuários internos do TJRJ. O instrumento utilizado continha 12 (doze) perguntas, abrangendo aspectos como atendimento, qualidade dos serviços, agilidade, comunicação e resolutividade.

Ao todo, 868 usuários responderam à pesquisa, constituindo uma amostra expressiva e representativa do público atendido pela SGTEC. O Índice de Satisfação Geral atingiu 88% de avaliações classificadas como “Ótimo” ou “Bom”, demonstrando uma percepção significativamente positiva dos usuários em relação aos serviços prestados.

6.11 Capacitação das Equipes

Foram implementadas as seguintes iniciativas relacionadas a capacitação de equipes:

- **Trilhas de capacitação:** Com o objetivo de viabilizar a execução do Plano de Capacitação em TIC, no final de 2024 foi contratada a plataforma de cursos online Udemy Business. A partir dessa iniciativa,



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

no início de 2025, foram elaboradas, em conjunto com os gestores das áreas, trilhas de capacitação personalizadas, alinhadas às competências técnicas e gerenciais necessárias a cada setor. Todos os(as) servidores(as) da SGTEC e da DESEG receberam uma licença da Udemy e foram atribuídos às respectivas trilhas de capacitação.

- **Painel de Monitoramento do Plano de Capacitação:** Foi desenvolvido um painel de Business Intelligence (BI) com o objetivo de monitorar a execução das ações de capacitação, incluindo as trilhas Udemy. A partir das informações disponibilizadas pelo painel, foi possível identificar pontos de atenção no andamento das capacitações e realizar os engajamentos necessários para o adequado acompanhamento e atingimento da meta estabelecida.
- **Treinamentos de PMO e Gestão Ágil Para Donos de Produtos:** Como parte da continuidade da estratégia de capacitação em metodologias modernas de gestão, no primeiro semestre de 2025 foram realizados os treinamentos presenciais de PMO (Project Management Office) e Gestão Ágil para Donos de Produtos (ou Product Owner, ou PO). Essas formações tiveram como objetivo fortalecer a adoção de práticas ágeis e aprimorar a gestão de projetos no âmbito da organização.
- **Treinamento de Processo Judicial:** Em março de 2025, também foi ministrado o treinamento presencial de Processo Judicial (Civil e Criminal) para uma nova turma de servidores(as) e colaboradores(as) da SGTEC. Este treinamento permite integrar o conhecimento jurídico aos sistemas de tecnologia da informação, criando uma abordagem mais eficiente e alinhada às necessidades operacionais da área judicial, melhorando o desempenho e a qualidade dos serviços prestados.

6.12 Portfolio de Softwares e Especialistas - SOFE

A ferramenta SOFE passou por muitas atualizações nas informações com colaboração de vários setores da SGTEC. A aplicação também foi remodelada com abas separando os metadados em informações gerais, Projetos, Desenvolvimento e Infraestrutura. Foi implementado também um atributo “Contrato” que



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

permite saber qual o contrato de determinada fábrica. Por fim, o SOFE agora permite cadastrar quais serviços determinada aplicação é dependente.

6.13 Melhoria na documentação da Arquitetura de Referência e Segurança dos arquétipos

Com a finalidade de aumentar a padronização na produção de software, novos artefatos com conteúdo que diz respeito ao uso e cadastro no SOFE, documentos sobre teste de carga, e aplicação de templates foram incorporados.

Como iniciativa da Assessoria de Qualidade e Arquitetura de Soluções (ASARQ) e do Departamento de Sistemas Administrativos (DESAD), foram realizados um estudo e a implementação de uma pipeline para CI/CD (Integração Contínua/Entrega Contínua) dos templates (arquétipos) C# e Angular. Esses arquétipos são a estrutura básica de qualquer projeto que se inicie, e funciona como um acelerador para novos projetos, justificando assim sua importância para monitoramento e controle.

O produto final foi implementado gerando as pipelines de cada arquétipo com seus relatórios de segurança e ficam disponíveis na aplicação Azure Devops ou no SOFE para o gestor do projeto acompanhar e alinhar políticas de segurança. Esses arquétipos podem então ser submetidos à análise de segurança, análise de qualidade de código, entre outras. Caso alguma ameaça seja detectada, pode-se mitigar e corrigir os templates mais rapidamente e de forma proativa.

6.14 Criação de plataforma própria do TJERJ de Mensageria (Conformidade com PDPJ - CNJ)

Com objetivo de trazer para a SGTEC as melhores práticas e oferecer alternativas de integração de sistemas, foi criada a MensaGeria TJRJ_Core. O uso do padrão Pub/Sub (Publicar/Assinar) desta tecnologia é recomendado pelo CNJ.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

7. INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

7.1 Otimização de Custos, Eficiência Operacional e FinOps

7.1.1 Aquisição de Reservas de Instâncias (RIs) para RDS

Em uma medida proativa para otimização de custos de banco de dados, realizamos a compra de uma porcentagem de Reservas de Instâncias para nossos serviços Amazon RDS. Esta aquisição foi efetivada para os seguintes sistemas:

- PJe: Em fevereiro de 2025.
- Eproc: Em março de 2025.

Esta estratégia permite a redução significativa dos custos em comparação ao modelo on-demand, garantindo previsibilidade de despesas para estas cargas de trabalho críticas.

7.1.2 Aquisição de Compute Savings Plans

Em maio de 2025 foram expandidas as ações de otimização com a compra de Compute Savings Plans. Esta modalidade oferece uma flexibilidade superior na redução de custos de computação (como EC2, Fargate e Lambda), ao permitir um compromisso de uso consistente em troca de descontos substanciais, sem a necessidade de definir tipos de instâncias rígidos. Com essa iniciativa, a expectativa é que o TJRJ deixe de gastar cerca de R\$ 718.346,79 (setecentos e dezoito mil, trezentos e quarenta e seis reais e setenta e nove centavos) ao longo dos próximos 12 meses.

7.1.3 Implementação de Automação Start/Stop em Contas Não Produtivas

Visando à eliminação de custos ociosos e ao aumento da eficiência operacional, foi implementada em maio de 2025 a automação de processos de Start/Stop para os recursos em nossas contas de ambientes não produtivos. Esta medida garante que instâncias e serviços sejam ativados apenas durante o horário de trabalho necessário, desativando-os em períodos de inatividade, como noites, fins de semana e feriados.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

7.1.4 Migração de Instâncias RDS para Processadores Graviton

Uma importante iniciativa técnica e estratégica em andamento é a migração das instâncias Amazon RDS para processadores AWS Graviton. Esta transição é esperada para gerar um duplo benefício: aprimoramento significativo no desempenho de nossos bancos de dados (resultando em maior agilidade e menor latência) e uma notável redução nos custos operacionais, ao alavancar a eficiência das últimas gerações de processadores baseados em ARM da AWS.

7.1.5 Implementação de Automação Start/Stop nas Instâncias de produção do PJe

Avançando nas estratégias de otimização de custos e uso eficiente de recursos, foi implementada a automação do ciclo de Start/Stop para uma parte significativa das instâncias do sistema PJe. Aproximadamente 66% das instâncias operacionais do PJe são desligadas automaticamente durante o período da madrugada, entre 00h00min (zero hora) e 06h00min (seis horas), bem como nos finais de semana. Esta medida visa a redução de custos por meio do desligamento de recursos em períodos de baixa demanda ou inatividade programada, sem comprometer a disponibilidade do sistema em horários críticos.

7.1.6 Mudança da Arquitetura dos Logs do WAF no PJe

Com foco em promover eficiência operacional e financeira sem comprometer a segurança, foi executada uma mudança na arquitetura de armazenamento dos logs do WAF (Web Application Firewall) do sistema PJe.

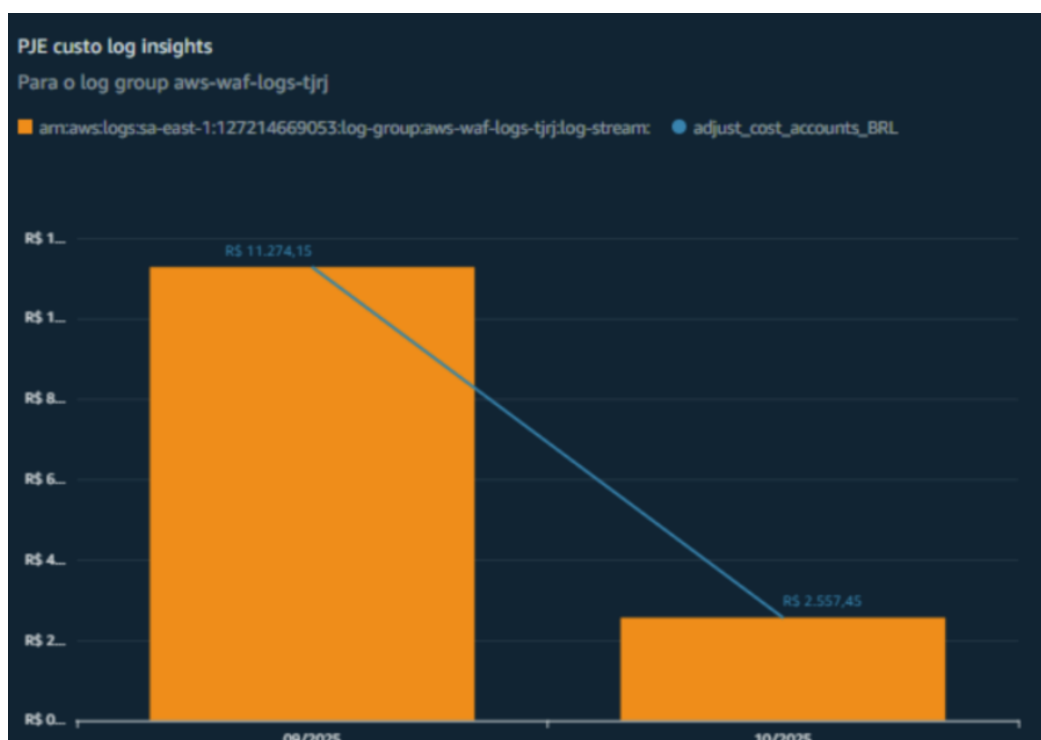
Anteriormente, esses logs eram armazenados diretamente no CloudWatch Log Groups, o que gerava um custo elevado devido ao modelo de cobrança da ferramenta. A equipe realizou um trabalho de revisão e redesenho dessa arquitetura, migrando o armazenamento para o Amazon S3, um serviço mais adequado e economicamente vantajoso para esse tipo de dado.

A implementação foi concluída com pleno êxito, alcançando resultados expressivos, dentre os quais se destacam:

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- ◇ Redução de custos entre 80% e 93%, representando uma economia mensal aproximada de R\$ 10.000,00 apenas no processo de ingestão dos logs do WAF do ambiente PJe;
- ◇ Manutenção da integridade e disponibilidade das informações, sem impactos negativos na capacidade de auditoria ou segurança;
- ◇ Adoção de uma arquitetura mais escalável e sustentável, alinhada às boas práticas de governança, FinOps e Cloud Computing.

Essa iniciativa demonstra a preocupação em otimizar recursos, garantir conformidade e buscar constantemente soluções que agreguem valor, tanto operacional quanto financeiramente.



7.1.7 Implantação do AWS QuickSight para Dashboards de Conformidade

Com o objetivo de aprimorar a visibilidade do ambiente tecnológico e fortalecer a governança, foi realizada a implementação do AWS QuickSight, uma ferramenta que permite criar dashboards inteligentes para monitoramento contínuo de status e identificação de inconformidades.

Essa iniciativa possibilitou a criação de painéis de fácil interpretação, oferecendo uma visão consolidada sobre os principais indicadores do ambiente. A partir desses dashboards, áreas de gestão



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

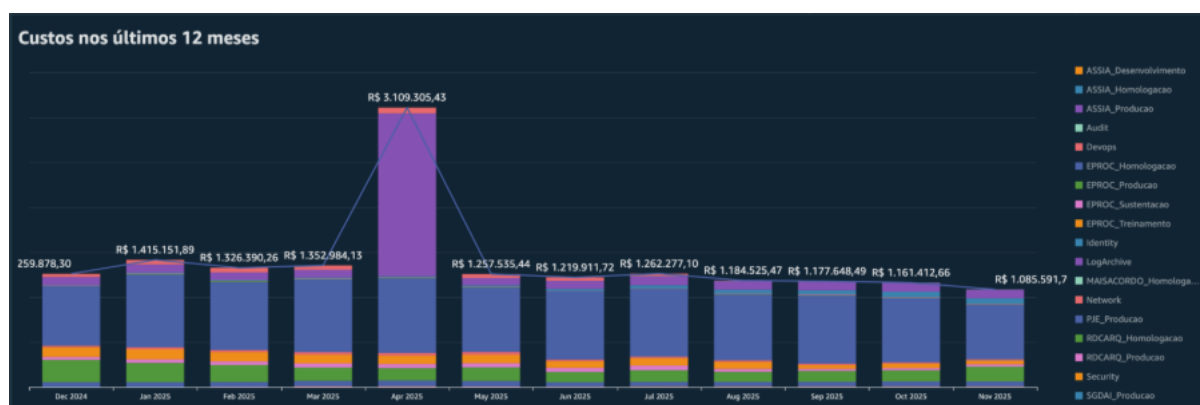
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

e auditoria conseguem acompanhar rapidamente situações que necessitam atenção, garantindo decisões mais assertivas e alinhadas aos padrões de conformidade do TJRJ.

Os principais benefícios dessa implementação incluem:

- ◇ Monitoramento em tempo real de recursos e configurações críticas;
- ◇ Identificação imediata de inconformidades, facilitando ações preventivas e corretivas;
- ◇ Visibilidade ampliada para gestores, com dashboards intuitivos e orientados para governança;
- ◇ Automação na geração de análises, reduzindo o esforço manual das equipes;
- ◇ Suporte à auditoria e compliance, com informações rastreáveis e consolidadas.

A adoção do QuickSight fortalece o compromisso com a transparência, governança e controle, aprimorando significativamente a capacidade de acompanhamento e tratamento de desvios no ambiente de nuvem.



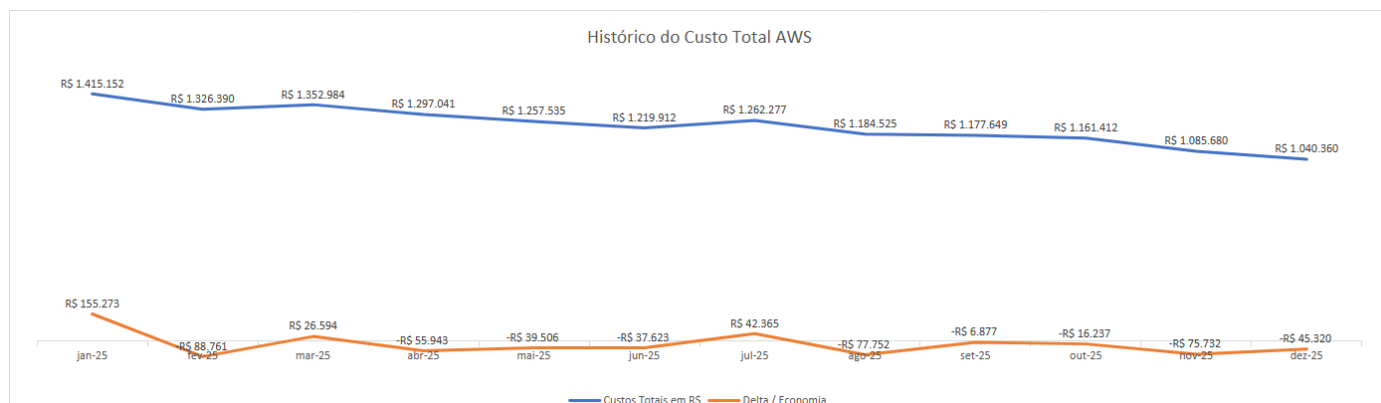
7.1.8 Visibilidade e FinOps

O gráfico abaixo exhibe o consolidado dos valores consumidos com os recursos em nuvem no exercício de 2025. Nele, é possível constatar o esforço em otimizar os custos e evidenciar o resultado de todas as iniciativas relacionadas à prática de FinOps (Otimização Financeira na Nuvem).



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



- **Otimização de Recursos e Infraestrutura:** No primeiro semestre, o foco principal foi o ajuste de escala (rightsizing). O mês de janeiro foi marcado pela estabilização das instâncias RDS, após a aplicação das correções de dimensionamento sugeridas ao final de 2024. Em seguida, avançou-se na aquisição de reservas de RDS para sistemas críticos, como o PJE Produção e o EPROC Produção, resultando em economias mensais de R\$ 59.000,00 e R\$ 62.000,00, respectivamente.

Em abril, a implementação do Compute Savings Plans para instâncias EC2 consolidou uma economia adicional de R\$ 54.000,00 mensais, por meio de pagamento antecipado, otimizando o uso do orçamento disponível. No encerramento do ano, em dezembro, novas otimizações no ambiente RDS de homologação, bem como estudos para adoção de reservas para o ElastiCache, indicaram um cenário ainda mais eficiente para 2026, com economias imediatas de R\$ 15.000,00 mensais, decorrentes exclusivamente do desligamento de recursos sob demanda não utilizados.

- **Governança, Automação e Monitoramento:** A automação foi um diferencial operacional. Foram implementadas, com êxito, rotinas de Start/Stop para os ambientes de homologação e sustentação do EPROC, garantindo que recursos não sejam faturados fora do horário de utilização. Adicionalmente, a segurança e a vigilância foram reforçadas por meio da ativação do Cost Anomaly Detection e a configuração rigorosa de Budgets em ambas as nuvens (AWS e Azure).

Um exemplo prático da eficácia desse monitoramento ocorreu em agosto, quando a equipe detectou e tratou prontamente uma anomalia relacionada à Data Transfer no ambiente do EPROC Produção, evitando impacto financeiro imprevisto. A higiene do ambiente também foi priorizada,



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

conforme evidenciado em outubro, com o encerramento de 20 instâncias EC2 inativas e seus respectivos volumes de armazenamento.

- **Inteligência de Dados e Transparência:** A visibilidade dos custos evoluiu significativamente. Em março, foram iniciados os reportes detalhados na plataforma Azure e, em junho, foram desenvolvidos dashboards analíticos no Amazon QuickSight. Essas ferramentas passaram a permitir o acompanhamento, em tempo real, da volumetria e do consumo de cada ambiente.

A colaboração entre times também foi fortalecida por meio do compartilhamento mensal de relatórios de volumetria e de oportunidades de rightsizing com setores como a ASSIA, SGDAI, EPROC e PJe. Essa transparência resultou em reduções significativas de custos ao longo do ano.

- **Conclusão e Próximos Passos:** O Serviço de Nuvem encerrou o exercício de 2025 com uma infraestrutura mais enxuta e inteligente. Para fins de comparação, a fatura da AWS em janeiro de 2025 foi de R\$ 210.392,44, enquanto, em dezembro de 2025, foi registrada no valor de R\$ 159.712,62. É essencial notar que, embora o ambiente do EPROC tenha apresentado crescimento em suas demandas, os valores consolidados demonstram o esforço contínuo do time na redução e no ajuste preciso dos custos.

Na plataforma Azure, a gestão eficiente também apresentou resultados consistentes. Os custos atingiram o pico de R\$ 184.527,38 em maio de 2025; contudo, em decorrência das ações de ajuste e exclusão de recursos não utilizados, foi possível encerrar o mês de dezembro com uma fatura de R\$ 168.606,97. Para 2026, o planejamento já se encontra em andamento, com foco na otimização de custos nas contas da SGDAI, ASSIA, PJe e eproc como na ampliação das reservas.

7.2 Iniciativas DevOps

7.2.1 Migração do Azure Devops

A migração para a versão em nuvem do Azure DevOps foi concluída no primeiro semestre, trazendo benefícios significativos para a infraestrutura. O novo ambiente oferece maior disponibilidade e redundância, além de escalabilidade, segurança aprimorada, backup e recursos de disaster recovery já



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

incorporados. Essa mudança também eliminou a necessidade de manutenção do ambiente on-premises, permitindo que a equipe de infraestrutura dedique seu tempo a atividades de maior valor agregado.

7.2.2 Migração de Sistema Operacional para Windows 2022

Além dos benefícios já mencionados na migração para a nuvem, a atualização para o Windows Server 2022 trouxe melhorias significativas na qualidade e nos recursos de gestão dos sistemas. O principal objetivo, assim como na iniciativa anterior, é elevar a qualidade do serviço prestado aos usuários dos sistemas de informação. A migração também ampliou a capacidade de monitoramento, permitindo identificar e corrigir problemas de forma mais rápida e eficiente.

7.3 Ações de Monitoramento e Observabilidade

No primeiro semestre de 2025, houve grande engajamento em categorias de atividades para ampliação e aprimoramento das ações de observabilidade. Através de integrações das ferramentas Dynatrace e Zabbix com outras tecnologias, foi possível coletar e centralizar métricas de diferentes fontes de dados (aplicações, hosts, ativos de rede, etc), bem como, automatizar algumas rotinas, dentre elas, a abertura de chamados e envio de alertas por e-mail ou Teams. Após obter e centralizar as métricas, a equipe trabalhou com foco em democratizar o acesso a essas informações por meio de dashboards dinâmicos, orientados a indicadores, essenciais em uma estratégia de observabilidade.

Ressalta-se que uma estratégia de observabilidade bem-sucedida depende de pessoas capacitadas. Nesse sentido, foram realizadas sessões de treinamento com o objetivo de disseminar conhecimento sobre o uso do Dynatrace no diagnóstico e na resolução de problemas.

Por fim, mantendo a mentalidade de melhoria contínua, a equipe iniciou um projeto de modernização do ambiente Zabbix e Grafana, os quais atendem outros escopos de monitoramento, e auxiliou na modelagem de processos de Metodologia Ágil de Projetos e Gestão de Vulnerabilidades.

A seguir, apresenta-se o detalhamento das ações realizadas:

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

7.3.1 Criação de dashboards de Observabilidade disponibilizados via Dynatrace e Grafana

- Apuração de Indicadores Mensais - DIGOC: dashboard de indicadores mensais acompanhados pela equipe de governança (DIGOC).
- AWS Site-to-Site VPN DICCO-SEMEP: monitora métricas de rede associadas à vpn aws.
- Veritas NetBackup: provê visibilidade acerca de métricas de backup e Veritas NetBackup e foi disponibilizado como consequência da integração entre o Dynatrace
- Oracle Database Monitoring: provê visibilidade de métricas de monitoramento das instâncias Oracle TJ01, TJ03, TJ04, TJ05, TJ06 e TJ13. Foi disponibilizado como consequência da integração entre o Dynatrace e Oracle. Esta integração é responsável por alimentar o indicador de disponibilidade de banco de dados acompanhado pela DIGOC.
- EPROC HML - Infraestrutura: desenvolvido para prover diagnóstico rápido e prático acerca do estado de saúde dos servidores do Eproc.
- EPROC-HML - PHP-FPM: desenvolvido para prover diagnóstico rápido e prático acerca do estado de importantes métricas da camada de middleware (Apache) e aplicação PHP-FPM.
- Tempo de Resposta - Acesso EPROC | PJE1G | SEI: apresenta os tempos de resposta de acesso aos endereços de url do EPROC, PJE e SEI sob as perspectivas interna (On-Premise) e externa.
- EPROC Sessões de usuário: apresenta de forma clara e objetiva importantes indicadores acerca das sessões de usuários Eproc e experiência de usuário.
- EPROC - Monitoramento de URLs: fornece visibilidade centralizada acerca da disponibilidade de endereços de url associados ao Eproc e estado de execução dos agendamentos.
- Active Directory: permite o monitoramento e observabilidade de métricas associadas à infraestrutura Microsoft Active Directory.
- Banco de Dados Detalhado: dashboards desenvolvidos para as instâncias TJ01, 03 e 04, mediante especificação e aprovação da DIBDA. Tais painéis conseguem prover visão centralizada e rápido diagnóstico acerca do estado de saúde das instâncias em questão.
- Consumo de Internet: dashboard que apresenta o comportamento de consumo dos links de internet com as duas operadoras (Forte Telecom e Datacorpore).



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Azure DevOps: apresenta indicadores importantes para os times de DevOps, como por exemplo: frequência de deploy por versão, duração dos builds, quantidade de builds geradas, duração de release, builds rejeitadas, bem-sucedidas e rollbacks.

7.3.2 Integrações entre tecnologias

- Dynatrace e AWS: possibilita a coleta, correlação de métricas e análise centralizada de eventos relacionados aos ambientes AWS.
- Dynatrace e Oracle: viabiliza o acompanhamento centralizado de métricas associadas ao estado de saúde das principais instâncias do Oracle.
- Dynatrace e Veritas Netbackup: permite monitorar importantes métricas do ambiente de backup (políticas, jobs e estados).
- Dynatrace e Azure AD TJRJ: esta integração foi de suma importância, pois implementou autenticação SSO para os usuários Dynatrace, provendo maior segurança em virtude do uso do segundo fator de autenticação e atendeu à Portaria CNJ 140/202, que determina a utilização de múltiplo fator de autenticação (MFA) para sistemas críticos ou quaisquer sistemas expostos ao acesso remoto via internet, como é o Dynatrace.
- Dynatrace e banco de dados MySQL EPROC: trouxe visibilidade centralizada acerca de métricas dos bancos MySQL EPROC.
- Dynatrace e PHP-FPM: fornece capacidade de coleta e análise centralizadas de métricas específicas do PHP-FPM, em uso pelos sistemas SEI e Eproc.
- Dynatrace e Azure DevOps: integração piloto (aplicável a algumas pipelines), realizada junto ao suporte Rikes e DISER-SESAP. Agregou métricas importantes, que hoje alimentam o dashboard Azure DevOps e serviu de prova de conceito para monitoramento de futuras pipelines.
- Dynatrace e ambiente de nuvem Azure: coleta e visibilidade acerca de métricas de sistema operacional e serviços de nuvem do Azure, ampliando e centralizando a visibilidade acerca destas fontes de dados.
- Dynatrace e Ambiente Openshift: permite a coleta e visibilidade de métricas de infraestrutura do openshift, sem consumir unidades de host (Host units).



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Ambientes Kubernetes (AWS): coleta e visibilidade acerca de métricas de sistema operacional e serviços de nuvem do Azure, ampliando e centralizando a visibilidade acerca destas fontes de dados.
- Dynatrace e Servicenow: integração ao módulo de gestão de eventos da ferramenta de gestão de serviços de TI (ITSM), permitindo a abertura de tíquetes automaticamente.
- Zabbix e Servicenow: integração ao módulo de gestão de eventos da ferramenta de gestão de serviços de TI (ITSM), permitindo a abertura de tíquetes automaticamente.

7.3.3 Projetos e Melhorias

- Atualização e migração Zabbix e Grafana: este projeto consistiu na atualização e modernização dos componentes do Zabbix e Grafana. Tais plataformas são responsáveis pelo monitoramento e compõe a pilha de tecnologias que viabilizam as ações de Observabilidade em apoio a outras ferramentas, como por exemplo, o Dynatrace. O projeto consistiu na atualização e modernização dos componentes do Zabbix e Grafana.
- Desenho e implementação de metodologia de gestão ágil de projetos: a DICCO-SEMEP foi escolhida como projeto piloto de uma nova proposta de implementação de metodologia ágil de projetos. A empresa Digisystem, através de seu time de especialistas, atuou nesta demanda em conjunto com a DICCO-SEMEP. A metodologia foi aplicada no projeto de atualização e migração Zabbix e Grafana, e vem passando por ciclos de avaliação e melhoria contínua.
- Monitoramento e Observabilidade para o sistema Eproc: monitoramento sintético de todos os endereços de url associados ao sistema. Foi solucionado o problema de falta de visibilidade acerca do estado dos agendamentos. Iniciou-se uma prova de conceito de monitoramento full-stack dos ambientes de Homologação, Sustentação e Treinamento (antigo TRN e novo TRA). Por fim, foram elaborados relatórios técnicos acerca de todo o trabalho desenvolvido, detalhando as entregas ao time do Eproc



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

7.3.4 Gestão de Vulnerabilidades

- Desenho do processo de Gestão de Vulnerabilidades: essa atividade foi conduzida pelo time de especialistas da empresa Digisystem com o envolvimento da DCCO-SEMEP, tendo em vista as capacidades de identificação de vulnerabilidades nos hosts monitorados pelo Dynatrace através do módulo Application Security - AppSec.
- Painéis de monitoramento: desenvolvimento de painéis com exposição controlada acerca de vulnerabilidades identificadas no ambiente para que as pessoas autorizadas possam lidar com esse tipo de informação.
- Apoio operacional, habilitando as capacidades de identificação de vulnerabilidades no Dynatrace e compartilhando informações relevantes ao processo de tratamento e gestão das falhas.

7.3.5 Ações de Capacitação

Foram realizadas sessões de capacitação hands-on para times de desenvolvimento, operações e negócios, compartilhando conhecimento acerca do uso do Dynatrace.

7.3.6 Expansão da Observabilidade

Foi desenvolvida uma estratégia para monitoramento da plataforma de orquestração de micro serviços Red Hat Openshift, a qual hospeda relevantes unidades de serviço de software (Container), que replicados em uma arquitetura distribuída, respondem por aplicações ou componentes centralizados, os quais são utilizados por um ou mais serviços que apoiam a área de negócio. O ponto estratégico reside no fato de que ao monitorar ao menos um servidor no modo que chamamos de APM (Application Performance Monitoring) ou “Fullstack”, ganhou-se visibilidade acerca de todos os processos e grupos de processos de software que residem no servidor em questão.

Isto posto, alguns exemplos de aplicações que pertencem a esse novo ecossistema de aplicações, e que se encontram monitoradas devido a essa iniciativa, são:

- Keycloak: componente central de autenticação, que será usado pelo SAR e passará a ser utilizado para autenticação no eproc e sistemas administrativos;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- ODRTJ: um sistema de conciliação apoiado por inteligência artificial, sendo um dos maiores que residem no ambiente openshift;
- PJe: uma gama de micro serviços que são consumidos pelo PJe;
- Liferay: plataforma de experiência digital (DXP), que oferece um conjunto de ferramentas para construção de aplicações, sites e gestão de conteúdo;
- Intpdpj (integração com o CNJ);
- Maria da Penha Virtual;
- E-Social.

7.4 Atualização do Parque Tecnológico do TJRJ

7.4.1 Aquisição e Distribuição de Novos Equipamentos de TIC

Em 2025 foram finalizadas as instalações de 8.500 computadores e 25.000 monitores adquiridos em 2024. Além disso, foram instalados 100 microcomputadores de alto desempenho adquiridos para atender demandas específicas dos setores da Engenharia (SGLOG-DEENG) e Departamento de Comunicação (DECOI) da Presidência.

Também foram adquiridos e instalados 1.000 scanners de mesa e atualmente, encontra-se em andamento procedimento para aquisição de 3.024 computadores para atender à criação de novas serventias e novos usuários.

Tais ações visam a modernização do parque tecnológico, promovendo maior eficiência no desempenho das atividades de servidores e magistrados.

7.4.2 Modernização da Infraestrutura de Servidores e Sistemas Corporativos

No exercício de 2025 foram realizadas as seguintes ações:

- Aquisição de licenças do software Veritas: o software Veritas Netbackup atua como gerenciador de backup para proteção de dados de servidores de aplicação, servidores de dados e servidores de bancos de dados e, em razão da criticidade e essencialidade desses serviços, é absolutamente necessária a continuidade dos serviços de suporte técnico, que permitem o melhor uso da

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

plataforma e recuperação rápida de falhas.

- Aquisição de switches core: os Switches Core são fundamentais para a operação contínua e ininterrupta da rede do TJRJ, suportando uma ampla gama de serviços críticos, incluindo sistemas judiciais, comunicação interna, acesso a informações sensíveis, conexão com a internet. Alguns componentes desses ativos estão próximos da data de fim de suporte, o que traz a necessidade de realização de "upgrade" por novos componentes (módulos supervisores e de gerência). A densidade de interfaces de alta velocidade precisa ser expandida, tendo em vista que não há mais interfaces para esse tipo de conexão. A necessidade de projetos que utilizam estas interfaces de alta velocidade se tornam cada vez comum dentro das organizações, tendo em vista a necessidade de alta velocidade. Alguns projetos em curso, como o de conectividade para nuvem também reforça a necessidade de atualização do equipamento.
- Aquisição de switches datacenter: diante da necessidade de reforçar a infraestrutura e obter maior eficiência e agilidade no controle de dados, demandando conexões de acesso com altas taxas de transmissão (25Gbps a 100Gbps). Os switches datacenter atualmente instalados não possuem interfaces suficientes e capacidade de transmissão.

A modernização e ampliação da capacidade do Sistema de Banco de Dados e de Armazenamento, para atendimento às crescentes demandas dos serviços informatizados, determinou a aquisição de novos servidores e Storages para agilizar o grande número de transações realizadas e acomodar o exponencial crescimento do volume de dados, através de um ambiente seguro e de alta disponibilidade. A conexão destes novos dispositivos à rede do Data Center exige grande capacidade de conectividade e alto desempenho, que não poderão ser plenamente supridas com os switches existentes.

7.4.3 Upgrade de Conectividade

Para atender às crescentes demandas por conectividade e garantir um ambiente de trabalho mais eficiente e seguro, foram realizadas melhorias significativas na infraestrutura de rede:

- Implementação de uma nova arquitetura de datacenter baseada em spine-and-leaf, proporcionando maior desempenho, baixa latência e escalabilidade horizontal da comunicação. A solução inclui switches de última geração integrados a um ambiente de orquestração inteligente,

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

permitindo automação, padronização de configurações, validação contínua do estado da rede e redução de falhas operacionais.

- Modernização da borda de conectividade com perímetros externos, como Internet, Extranet e provedores de serviços de nuvem, com a aquisição de roteadores de alta capacidade que funcionarão de forma dedicada. Essa reorganização melhora a redundância, segmentação de tráfego e distribuição dos perímetros, ampliando disponibilidade e a segurança do ambiente.
- Expansão do ambiente de segurança por meio da implementação de quatro novos firewalls de última geração, aumentando significativamente a capacidade de inspeção e cobertura dos perímetros críticos. A solução moderniza o monitoramento que antes se limitava às fronteiras de Internet e Datacenter, passando a oferecer inspeção avançada e de alto desempenho no perímetro de Internet e nos demais pontos estratégicos de entrada e saída de tráfego. Com a redistribuição da arquitetura, os firewalls anteriormente em operação foram realocados para a proteção da rede interna (Intranet), fortalecendo o controle do tráfego leste-oeste e ampliando a visibilidade, segmentação e segurança dos ambientes internos. Essa evolução eleva o nível de proteção, reduz riscos e melhora a postura de segurança como um todo.

Essas iniciativas contribuem para a evolução da conectividade no TJRJ, promovendo maior eficiência e escalabilidade na infraestrutura de comunicação.

7.5 Segurança da Informação

7.5.1 Segurança de Computadores e Usuários

A fim de garantir a segurança necessária, uma série de atividades estratégicas foram implementadas:

- As atividades da DIREC visam um plano contínuo de aprimoramento da segurança da informação e da infraestrutura tecnológica do TJRJ, em especial estações de trabalho, identidades e servidores sob sua responsabilidade. O time atua de forma proativa na manutenção, evolução e monitoramento das soluções e configurações aplicadas, visando que as entregas apresentadas anteriormente não apenas se mantenham operacionais, mas que também sejam aprimoradas conforme novas ameaças, tecnologias e diretrizes. Essa abordagem assegura a aderência às melhores práticas e reforça o compromisso evolutivo da segurança da informação;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

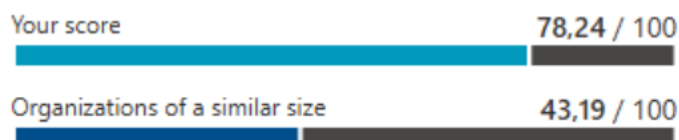
- Foi realizado o bloqueio da autenticação básica e a imposição do uso de autenticação multifatorial (MFA) mediante desafio numérico como política obrigatória para todos os grupos de usuários dos produtos Microsoft 365. A medida incluiu, ainda, usuários convidados, garantindo um nível uniforme de segurança de acesso e proteção contra ameaças;
- Protocolos e aplicativos vulneráveis e obsoletos foram identificados e removidos, enquanto um projeto de monitoramento e adequação de conformidade de softwares nas estações do TJRJ foi iniciado para garantir a conformidade contínua;
- Regras de acesso condicional baseadas em geolocalização foram implementadas para bloquear acessos oriundos de países incomuns aos aplicativos de nuvem, aumentando o controle sobre o acesso às informações sensíveis;
- Atualizações na política antiphishing com ajustes no nível de filtro e ativação de dicas de segurança;
- Estabelecida a identificação e tratamento de alertas e incidentes de segurança da informação em canal dedicado para reporte e tratamento rápido pelo Departamento de Segurança da Informação (DESEG);
- Elaboração de procedimentos técnicos do Catálogo de Serviços do Serviço de Suporte Operacional de Segurança da Informação (SEOSI), com o objetivo de orientar as ações do serviço com base em informações mínimas necessárias e definições técnicas específicas para atuação;
- Adequação de processos de trabalho e configurações técnicas em conformidade com as boas práticas de Segurança da Informação, alinhadas a metodologias reconhecidas, como o Center for Internet Security Controls (CIS Controls);
- Desenvolvidas automações nas ferramentas de segurança para gerar alertas sobre atividades relacionadas à Segurança da Informação, possibilitar o mapeamento de vulnerabilidades identificadas por frameworks como NIST e CISA, além de consulta a feeds de notícias de sites especializados e detectar e-mails suspeitos reportados por usuários;
- Implantado o recurso Smart Lockout, que contribui para mitigar ataques de força bruta direcionados a identidades em nuvem;
- Iniciado estudo sobre criptografia de disco (Bitlocker) nas estações de trabalho;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Realizada simulação de phishing em apoio ao Departamento de Segurança da Informação (DESEG). A campanha foi direcionada aos usuários do TJRJ, com o objetivo de avaliar o nível de maturidade frente a ataques de e-mail maliciosos;
- Iniciado projeto para implementação do recurso Privileged Identity Management (PIM) em grupos do Active Directory via Cloud Sync. Essa solução leva para o ambiente on-premises recursos avançados de governança e controle de acesso privilegiado, antes disponíveis apenas na nuvem. Com isso, funções críticas passam a exigir elevação temporária por meio do PIM, garantindo maior segurança, conformidade e redução de riscos;
- Recomendações de Segurança da Informação do Microsoft Secure Score e Defender for Cloud foram atendidas. Isso inclui adequações, atualizações de aplicativos, novas GPOs (políticas de grupo) e configurações no ambiente. Como resultado, o índice de segurança do TJRJ com base nesse padrão de avaliação está em 78%, significativamente acima da média de 43% registrada por organizações de tamanho semelhante. Cabe destacar, que houve queda de 2% da pontuação motivada por novas recomendações de segurança para o ambiente em novembro/2025, com base em novas vulnerabilidades.



7.5.2 Segurança na Autenticação nos Sistemas Corporativos WEB

Foi ampliada a segurança no acesso aos sistemas corporativos através da implementação das seguintes funcionalidades no processo de autenticação:

- Alterado o método de criptografia das senhas com a aplicação do algoritmo MD5.
- Utilização de MFA, com a implantação do segundo fator de autenticação através do envio de código de validação para o e-mail do usuário.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Melhoria da qualidade da senha que passou a vigorar com um mínimo de 10 caracteres e no máximo 20, devendo também ser diferente da última senha cadastrada, bem como, deve-se atender no mínimo 3 dos seguintes requisitos:
 - Pelo menos uma letra maiúscula;
 - Pelo menos uma letra minúscula;
 - Pelo menos um número;
 - Pelo menos um caractere especial (! @ # \$ % & ' () * + , - . / : ; < = > ? ^ { | }).

Essas funcionalidades visam fortalecer significativamente a segurança no acesso aos sistemas corporativos web, ao combinar técnicas modernas de proteção. A atualização do método de criptografia das senhas, a adoção do segundo fator de autenticação (MFA) via e-mail, e a exigência de senhas mais robustas elevam o nível de proteção contra acessos indevidos, garantindo maior confiabilidade e integridade às informações do Tribunal.

7.5.3 Ações de Proteção ao SAR (Serviço de Aplicações Remotas)

Visando fortalecer a segurança cibernética no ambiente do TJRJ, foi implementada a rotina de bloqueio automático de IPs atacantes para evitar ou diminuir o impacto dos bloqueios de contas de usuários.

7.5.4 Iniciativas de Segurança na Nuvem

- Implementação do AWS Shield Advanced

O AWS Shield é um serviço de proteção contra DDoS (ataque cibernético que inunda um site, servidor ou rede com tráfego malicioso) totalmente gerenciado que protege as aplicações executadas na AWS. Anteriormente, o TJRJ se beneficiava com a proteção básica fornecida pelo AWS Shield Standard, que estava habilitada por padrão e oferece defesa contra ataques comuns nas camadas de rede e transporte. O AWS Shield Advanced, por sua vez, representa uma evolução significativa nessa proteção, oferecendo recursos aprimorados e capacidades de mitigação mais sofisticadas, consolidando nossa postura de segurança contra ameaças avançadas.

- Implementação da Técnica "First Time Seen"



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Ao longo de 2025, foram realizados avanços importantes na melhoria dos controles de segurança, visando fortalecer a capacidade da organização em identificar atividades incomuns no ambiente em nuvem. Um dos marcos relevantes foi a implementação da técnica de detecção conhecida como First Time Seen.

Esse recurso permite que o ambiente identifique automaticamente quando um determinado evento, endereço IP, domínio ou comportamento surge pela primeira vez. Na prática, isso significa que passamos a reconhecer rapidamente situações que fogem do padrão usual — um fator essencial para detectar possíveis riscos de segurança antes que evoluam para incidentes maiores.

Essa melhoria reforça os padrões de conformidade adotados pelo TJRJ, ampliando a capacidade de auditoria, resposta e prevenção a comportamentos suspeitos, alinhando o ambiente às melhores práticas de segurança da informação e governança corporativa.

- **Alerta para Novos Recursos Criados/Provisionados na Nuvem**

Como parte dos esforços contínuos para fortalecer a governança e manter o ambiente em conformidade com os padrões estabelecidos pelo TJRJ, foi desenvolvida e implementada uma rotina de alertas para cada novo recurso criado na nuvem.

Essa iniciativa tem como objetivo garantir que todos os serviços e componentes criados sigam os padrões definidos pela instituição, evitando divergências entre ambientes e reduzindo riscos relacionados à segurança e custos. Assim, sempre que um novo recurso é provisionado, a equipe responsável é notificada imediatamente, permitindo uma análise rápida e preventiva. Com essa implementação, foi possível aumentar a visibilidade sobre todas as novas criações na nuvem, evitar variações de configuração entre ambientes, reforçando conformidade e padronização, identificar precocemente possíveis falhas de segurança, como permissões excessivas ou recursos mal configurados, mapear oportunidades de redução de custos, prevenindo a criação de serviços que possam gerar consumo acima do necessário e mitigar riscos antes que se tornem problemas, garantindo que os times sigam boas práticas de uso e gestão da infraestrutura.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Essa rotina contribui diretamente para a governança de TI, alinhando práticas operacionais aos princípios de segurança, conformidade e gestão eficiente de custos, reforçando o compromisso com um ambiente tecnológico seguro, padronizado e financeiramente sustentável.

- **Implementação de Guardrails de Segurança e Proteção de Custos na AWS**

Com foco em fortalecer a governança do ambiente em nuvem e garantir maior controle sobre segurança e despesas, foram implementados guardrails de segurança e proteção de custos em todas as contas AWS utilizadas pelo TJRJ.

Esses guardrails são mecanismos de controle preventivo que atuam como barreiras de proteção, evitando ações que possam gerar riscos ou gastos indevidos. Entre os controles implementados, destacam-se as restrições para impedir que usuários realizem compras no Marketplace da AWS, bem como a aquisição não autorizada de instâncias reservadas ou Savings Plans.

Essa medida tem como principais benefícios:

- ◇ Evitar compras indevidas ou equivocadas, que poderiam gerar impacto financeiro significativo;
- ◇ Padronizar as permissões em todas as contas, reduzindo riscos e garantindo conformidade com as diretrizes corporativas;
- ◇ Centralizar a gestão de custos, assegurando que qualquer contratação de serviços adicionais seja autorizada e avaliada previamente;
- ◇ Aumentar a segurança operacional, impedindo a ativação de recursos não alinhados ao modelo arquitetural ou às políticas internas;
- ◇ Proteção global do ambiente, garantindo que decisões sensíveis — especialmente as relacionadas a despesas de longo prazo — sejam controladas por áreas responsáveis.

Essa iniciativa reforça o compromisso com práticas sólidas de governança, segurança da informação e FinOps, contribuindo para um ambiente mais seguro, padronizado e financeiramente sustentável.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- **Gestão de Vulnerabilidades e Infraestrutura**

A implementação do Amazon Inspector, realizada inicialmente durante o período de avaliação de 30 dias, permitiu uma análise minuciosa do ambiente e o estabelecimento de uma linha de base sólida para as instâncias EC2. Com a instalação sistemática do AWS Systems Manager (SSM), o tribunal passou a ter maior visibilidade e controle sobre o parque tecnológico.

Um dos resultados mais expressivos do ano foi a redução de 356 vulnerabilidades críticas entre os meses de agosto e setembro. Este esforço concentrou-se na correção de falhas de exposição de portas em Security Groups, eliminando vetores de ataque que poderiam comprometer a integridade dos dados institucionais.

- **Proteção Perimetral e Resposta a Incidentes**

A segurança dos sistemas PJe e EPROC foi reforçada com a aplicação de regras avançadas de WAF (Web Application Firewall). Foram implementadas proteções específicas contra sequestro de contas (Account Takeover Prevention), além de refinamentos de bloqueio geográfico e limite de requisições, garantindo que o tráfego legítimo não fosse afetado por ataques de negação de serviço ou bots maliciosos.

A ativação do Shield Advanced e a validação do AWS Detective trouxeram uma capacidade de investigação e resposta rápida sem precedentes. Complementarmente, a criação de Playbooks de Resposta a Incidentes, a estruturação do plano para a plataforma MISP (Malware Information Sharing Platform) e sua implementação no ambiente de homologação do EPROC garantem que o TJRJ esteja preparado para reagir de forma coordenada a ameaças modernas, em um trabalho conjunto com o Departamento de Segurança (DESEG).

- **Governança de Identidade e Acesso**

A migração de usuários para o AWS IAM Identity Center centralizou a gestão de acessos, permitindo a aplicação rigorosa do princípio do menor privilégio. Entre as principais ações, destacam-se:



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- ◇ Ativação massiva de MFAs (Autenticação de Múltiplos Fatores) em contas que operavam sem essa camada essencial de segurança.
- ◇ Implementação de um controle para desativação de usuários inativos e rotação de chaves de acesso.
- ◇ Revisão e remoção de permissões excessivas em roles críticas, utilizando dados do IAM Access Advisor e Access Analyzer.
- ◇ Segregação de ambientes para desenvolvedores e cientistas de dados, protegendo bases sensíveis como a do sistema MAISACORDO.

- **Monitoramento Avançado e Cloud Híbrida**

Além do ambiente AWS, o tribunal expandiu sua capacidade de observabilidade com a implementação do Dynatrace nas assinaturas Azure da ASSIA. Essa visão multiplataforma permite um monitoramento em tempo real da saúde dos serviços e a identificação antecipada de anomalias que possam indicar falhas de segurança ou de performance.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8. SISTEMAS E APLICAÇÕES INSTITUCIONAIS

8.1 Sistema eproc

8.1.1 Implantação do eproc

A implantação do novo sistema de processo judicial no TJRJ, que visa unificar e substituir os três sistemas atuais (DPC, PJe e EJUD), segue conforme o planejado. As seguintes competências foram implantadas em 2025:

- Dívida Ativa (varas da capital);
- Fazenda Pública (varas da capital);
- Competência Delegada Previdenciária;
- Empresarial (varas da capital e Justiça Itinerante);
- Órfãos e Sucessões (varas da capital e Justiça Itinerante);
- Registros Públicos e RCPN (varas da capital e Justiça Itinerante);
- Câmaras de Direito Privado (Segunda Instância);
- Conselho da Magistratura;
- Cível (varas da capital);
- Acidente de Trabalho (varas da capital);
- Plantão (segundo grau);
- 4º NUR (Baixada Fluminense);
- Cível;
- Acidentes do Trabalho;
- Empresarial;
- Fazenda Pública;
- Registros Públicos;
- Órfãos e Sucessões e RCPN.

Paralelamente, iniciaram-se os preparativos para as expansões previstas para 2026, em destaque, Família, Infância e Juventude, e Idoso nas competências Cível e Câmaras de Direito Privado no segundo semestre,



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

além de integrações importantes.

8.1.2 Evoluções do eproc

Foram realizadas as seis atualizações de versão nacional previstas para o ano, assegurando que o sistema esteja sempre na última versão nacional, conforme o requisito do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) assinado com o TRF4. Adicionalmente, foram disponibilizadas mais de 76 versões locais, que trouxeram 442 melhorias ao sistema.

Entre as melhorias destacam-se a certificação automática de custas para agravos e a integração para recebimento de distribuições do eproc a partir de processos originários em sistemas legados. Houve também aprimoramentos nos módulos de mandados e relatórios para auditoria de prevenção e distribuição no segundo grau, além de adequações ao Regimento Interno.

Outras entregas incluem a movimentação pelo DEMOV (Departamento de Movimentação de Magistrados), a derrubada automática de destaque em caso de alteração de voto do relator e a ocultação de dados pessoais de magistrados em consultas. Também foi realizada a substituição de consultas à Receita Federal via INFOCONV para uso do BCadastros, gerando economia de custos, bem como a implantação do núcleo digital de execução fiscal e atualizações do CODEX para processos migrados.

Foram implementadas integrações com o PDPJ e o SSO e melhorias na Gestão das Procuradorias para os perfis de Administradores. Entre os avanços, destacam-se a distribuição de processos com originário do legado de primeiro grau e a exibição de observações dos documentos na árvore do processo, recurso importante para processos indexados no DCP. O eproc também passou por adequações para substituição definitiva do INFOCONV pelo B-Cadastros como integração com a Serpro (RFB), reforçando a economia de custos.

Outras melhorias incluem aperfeiçoamentos no Relatório de Distribuição – Processos Ajuizados e diversas evoluções no módulo de gestão de mandados, como a criação de relatório de mandados com prazo de cumprimento vencido. Também houve a ativação de Robô para pesquisa de endereços, melhorias no relatório geral de situação com múltiplas seleções e a inclusão da possibilidade de selecionar o órgão no lançamento da suspensão de prazo.

Além disso, foram entregues a API de Produtividade, a prevenção no segundo grau com base no sistema



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

legado, a disponibilização de pop-up com publicação de novidades e a criação de relatórios para o Migrador de processos do PJe para o eproc. Também foi implementado o afastamento com mecanismo para antecipar a data de saída da distribuição, assim como a consulta de dados de processo SCJ x eproc e a juntada automática do comprovante de Guia de Acolhimento do Banco do Brasil.

Entre as evoluções processuais, destacam-se o despacho de “Peço Dia” com eventos automáticos de inclusão e retirada de pauta, a integração com o GPES para validação da função e funcionalidades de declínio do primeiro para o segundo grau em mandado de segurança. Houve ainda melhorias no Relatório de Processos Concluídos em outra Serventia, no Dashboard eproc com dados negociais e no migrador do DCP, incluindo aprimoramentos na exibição da OAB para procuradores vinculados a Municípios e Estados.

Também foram desenvolvidas integrações como eproc x Assis e melhorias no Migrador DCP com mecanismo de liberação da automatização da juntada da íntegra por órgão. Outros avanços incluem serviços para ativação de competências em datas de expansão, melhorias na marcação de audiências e reservas de sala, inclusão do Jus.br – Petição Intercorrente e a redistribuição com prevenção no órgão colegiado.

Foram ainda implementadas a ocultação de dados de magistrados como parte em processos, a integração com o Mais Acordo e a funcionalidade para tornar impessoal ou institucional a atuação de procuradores e defensores. Além disso, foi criada a sinalização automática com a qualificação da parte “espólio” quando a parte estiver falecida, o declínio de competência no primeiro grau via integração com o TRF2, relatório para o Plantão do segundo grau e a configuração da regra ATP de intimação pós-migração para juntada de Ato Ordinatório Praticado baseado em modelo padrão.

As integrações via MNI foram finalizadas com sucesso em 23 municípios, marcando um avanço significativo na otimização e eficiência dos processos de distribuição. Esse projeto de grande escala garante uma comunicação mais fluida e padronizada entre as diferentes entidades envolvidas, resultando em maior agilidade e precisão nas operações.

Os processos automatizados para disponibilização de novas versões do sistema foram aprimorados de forma significativa, introduzindo uma série de melhorias que impactaram diretamente a eficiência e a qualidade do ciclo de desenvolvimento. Esse aprimoramento resultou em um processo de



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

desenvolvimento mais ágil e confiável, permitindo entregas mais frequentes, e com menor risco de falhas.

O sucesso dos projetos e a satisfação dos usuários e da própria equipe são alcançados através da manutenção de uma cultura de colaboração, automação e melhoria contínua nas equipes de desenvolvimento.

Para aprimorar a eficiência do suporte e garantir a conformidade com as regulamentações de privacidade de dados, implementamos um ambiente de sustentação dedicado. Este ambiente possui uma rotina de anonimização, visando atender aos requisitos da LGPD. A finalidade principal dessa iniciativa é agilizar o processo de atendimento e resolução de problemas pela equipe de sustentação, ao mesmo tempo em que asseguramos a proteção da privacidade dos dados dos usuários.

Após a implantação da gestão nacional de demandas do eproc, no ano, o TJRJ foi o Tribunal que apresentou o maior número de iniciativas para desenvolvimento de novas funcionalidades focadas no aprimoramento do eproc. Em razão da estrutura de governança da comunidade, o integrante que apresenta uma nova demanda para o sistema é o responsável pelo seu desenvolvimento, de forma que o TJRJ desenvolverá a maior parte das novas funcionalidades homologadas para construção.

8.1.3 Migração de processos do PJe e DCP para o eproc

No último ano, o migrador PJe foi primeiramente implementado como projeto piloto na comarca de Bom Jesus do Itabapoana, resultando na migração de 455 processos na primeira semana. Após a avaliação do impacto e a aplicação de melhorias e correções, a ferramenta foi expandida para todas as serventias que já utilizavam o eproc. Em menos de um mês, mais da metade das serventias conseguiu migrar todo o acervo elegível.

Graças a uma campanha de conscientização da Administração, as serventias restantes migraram quase a totalidade dos processos disponíveis até o final de abril, atingindo a marca de 25 mil processos migrados. Ao final do semestre, o número superou 30 mil processos, impulsionado pela natureza temporária de alguns critérios de elegibilidade para migração.

O projeto continuou com a disponibilização de funcionalidades para novas competências e a implementação de melhorias. Essas melhorias visam reduzir as atuais restrições de migração, como aquelas que afetam processos que tramitaram em segundo grau.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O migrador PJe, originalmente desenvolvido pelo TRF6 em colaboração com o TRF4, foi aprimorado e nacionalizado pelo TJRJ. Essa solução agora é capaz de atender a todos os tribunais que utilizam o PJe, como o TJMG e o TJBA.

O migrador do DCP foi implementado em três meses, utilizando a estratégia e ferramenta de migração do TJRS, que foram adaptadas para o TJRJ consumir dados do DCP. A primeira versão oferece as funcionalidades cadastro manual pelo usuário interno, na interface eproc, com download manual das peças em PDF do DCP e anexação da íntegra no eproc, mantendo a numeração única do CNJ e registro automático no DCP do processo migrado, com movimento de migração da TPU e bloqueio do processo.

A segunda versão, que conta com a juntada automática dos documentos foi disponibilizada no segundo semestre, está em uso por algumas serventias pilotos com programação de expansão para o início do próximo ano. Já a terceira e última versão, com expectativa de entrega para o primeiro semestre de 2026, identificará e carregará automaticamente no eproc os processos que atenderem a todos os critérios de aptidão para migração. No momento da elaboração deste relatório, havia 44.529 processos migrados no total, sejam do PJe ou do DCP.

8.2 Evolução Contínua dos Sistemas PJe, EJUD e Sistema de Convênios

8.2.1 Evoluções PJe (Processo Judicial Eletrônico)

Foram realizadas diversas melhorias e otimizações no sistema PJe, com foco em performance, segurança, integração e automação de processos:

- Integração com o sistema de convênios viabilizando a juntada automática de certidões de óbito e endereços com o objetivo de proporcionar maior celeridade processual;
- Desenvolvimento de funcionalidade para permitir a migração de processos do PJe para o eproc;
- Integração com a base corporativa de CEPs, visando manter atualizada a base de endereços do PJe por meio de cargas periódicas;
- Alteração no fluxo de redistribuição para não compensar as redistribuições encaminhadas ao Núcleo 4.0;
- Inclusão de pré-bloqueio na rotina de migração do PJe para o eproc evitando que o processo seja movimentado indevidamente durante o processamento;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Sincronização de documentos sigilosos no PJe sempre que o nível de sigilo de um documento oriundo de um processo migrado para o eproc for alterado;
- Possibilitar a redistribuição ou distribuição por dependência mesmo que a competência do processo esteja habilitada somente no eproc para distribuições por sorteio.
- Possibilitar seleção de perfil favorito ao acessar o sistema quando usuário possuir mais de um;
- Melhoria de performance na consulta de Agrupadores de Petições e Pedidos de Habilitação Não Lidos;
- Implantação do juiz das garantias, em conformidade com a Resolução CNJ nº 562/2024, com a instalação da 1ª, 2ª e 5ª Varas de Garantias. A instalação da 4ª Vara está prevista para dezembro, e a da 3ª Vara para janeiro de 2026;
- Limitação de consulta a processos de terceiros visando reduzir a atuação de robôs;
- Implantação do módulo PJeDocs, serviço responsável pelo gerenciamento de download de documentos, com foco na otimização de desempenho;
- Integração com nova API do CNJ para consulta de CEPs;
- Disponibilização de funcionalidade de vinculação de magistrados em lote;
- Disponibilização de novo fluxo para a tramitação dos inquéritos nas Varas Criminais;
- Inclusão de duplo fator de autenticação (MFA) para usuários externos, elevando o nível de segurança da aplicação e reduzindo o risco de acessos automatizados (por robôs);
- Inclusão automática dos visualizadores indicados pelos magistrados em processos com nível de sigilo 5, otimizando o fluxo de trabalho e reduzindo atividades manuais;
- Inserção de marca d'água identificando o terceiro no download de peças, e limitação de filtros nas buscas processuais para o usuário externo com o objetivo de mitigar golpes relacionados ao “falso advogado”;
- Criação de relatório de possíveis processos preventos em atendimento ao COJES;
- Em atendimento ao Aviso CGJ nº 432/2024, foi realizado desenvolvimento no PJe para viabilizar a distribuição por dependência de processos de execução de família cujo originário seja do DCP;
- Foi aprimorada a integração com o Sistema Gestão de Pessoal Auxiliar (GEAUX), com o objetivo de otimizar o controle de pagamento de juízes leigos e mediadores judiciais;
- Em cumprimento à Resolução 569/2024 do CNJ foram realizadas melhorias no PJe sobretudo na



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

integração com o Domicílio Judicial Eletrônico (DJE) e Diário de Justiça Nacional (DJEN);

- No que diz respeito à segurança e controle, foram criadas funcionalidades para aprimorar o registro de acesso a processos e documentos, mesmo quando realizada por usuários internos (restando apenas a habilitação em ambiente de produção). Além disso, foi implantada nova política de senhas, estendida a todos os sistemas do TJRJ;
- Em atendimento ao ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 8/2025, foi realizada melhoria no sistema PJe com o objetivo de equilibrar a distribuição entre as varas cíveis da capital e as regionais;
- Viabilizada a migração de processos para o eproc que já tiveram recurso no 2º grau desde que a distribuição tenha ocorrido depois de março/2023;
- Viabilizada a migração de processos para o eproc de competência delegada;
- Destacam-se também as integrações em andamento com o Jus.br - Portal de Serviços, em conformidade com a resolução CNJ 455/2022. Essas melhorias visam aprimorar ainda mais a eficiência e o atendimento a normas processuais. O peticionamento intercorrente foi implantado em outubro de 2025.

8.2.2 Evoluções EJUD (Sistema Eletrônico de Movimentação Processual de 2ª Instância)

Em 2025 foram desenvolvidas diversas melhorias e integrações, com o objetivo de otimizar a gestão e a comunicação entre diferentes plataformas e órgãos:

- Informação de prazos diferenciados no Domicílio Eletrônico para ciência das citações, conforme o tipo de destinatário (pessoa física, pessoa jurídica de direito privado ou de direito público);
- Bloqueio de intimações para empresas que não estejam cadastradas no Domicílio Eletrônico;
- Sincronização automática entre a competência do estudo e a da autuação; 7 Reforço na segurança da tela de autenticação, com melhoria na qualidade das senhas e implantação do segundo fator de autenticação (MFA);
- Cadastro de indicadores de prioridade em processos e protocolos, integrado ao Portal;
- Possibilidade de marcar decisões com perspectiva de gênero;
- Inclusão dos Núcleos Digitais nas Câmaras Web;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Adequação à Resolução CNJ nº 591/2024 que implementou a sessão virtual nos sistemas de Segunda Instância, visando o acompanhamento online e em tempo real pelo público das audiências dos órgãos colegiados da Justiça;
- Consulta pública em tempo real das sessões virtuais dos órgãos colegiado;
- Integração com Jus.br para Petições Intercorrentes com GRERJ;
- Migração de sistemas para o Windows Server 2022;
- Inclusão do Protocolo de Gênero no Portal do Conhecimento;
- Identificação da parte de etnia Quilombola.

8.2.3 Sistema de Convênios (Processo Judicial Eletrônico)

O Sistema de Convênios foi desenvolvido a pedido da Corregedoria Geral da Justiça, com o objetivo de agilizar a prestação jurisdicional por meio da automação de tarefas. Atualmente, está integrado aos sistemas processuais DCP, PJe e eproc.

Em sua fase inicial, foi disponibilizada a funcionalidade de juntada automática de certidões de óbito de qualquer parte relacionada ao processo nos sistemas PJe e eproc. O sistema realiza buscas diárias de registros de óbito por meio de integração com a consulta de óbitos do Portal Extrajudicial.

Outra funcionalidade disponibilizada é a consulta automatizada de endereços, integrada por enquanto ao sistema PJe. Por meio dessa integração, os usuários podem acessar, de forma ágil e segura, informações atualizadas sobre os endereços das partes envolvidas em diligências, diretamente no sistema, otimizando o tempo e aumentando a precisão na tramitação processual. No segundo semestre, INFOJUD e RENAJUD também foram incorporados como fontes de consulta, enriquecendo ainda mais os resultados obtidos.

A busca por endereços é uma etapa fundamental para o cumprimento de diligências, notificações e intimações no âmbito judicial. A integração tem como objetivo proporcionar maior eficiência e confiabilidade nas informações obtidas. Com esse recurso, elimina-se a necessidade de consultas manuais em múltiplas fontes de dados, reduzindo tentativas repetidas e desnecessárias de notificação.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8.3 Evolução dos Sistemas Corporativos de Gestão de Pessoas (GPES/GPESWEB)

No período, foram realizadas importantes melhorias nos sistemas corporativos voltados à gestão de pessoas, com destaque para a automação de processos e a integração entre sistemas, visando maior eficiência e redução de falhas operacionais. Seguem abaixo as implementações realizadas em 2025:

- Integração com a folha de pagamento para a concessão automática do abono de permanência, eliminando a necessidade de intervenções manuais. Da mesma forma, passou a ser feita automaticamente a concessão do benefício de auxílio-alimentação aos magistrados, bem como a indenização de transporte para servidores ocupantes dos cargos de Diretor-Geral (DG), Secretário-Geral (SG) e Chefe de Gabinete (CG);
- Integração para a conversão dos dias de plantão em pecúnia para servidores, agora com uma solução definitiva. Também foi desenvolvida a integração dos dados cadastrais de pensionistas de magistrados com a folha de pagamento, evitando redigitações e diminuindo a ocorrência de inconsistências cadastrais;
- Módulo de Gestão por Competências e por Processos e Resultados no PJERJ, conforme previsto no Ato Normativo TJ nº 14/2024. Houve ainda uma melhoria no processamento da licença especial de magistrados, que passou a considerar a disponibilidade compulsória e as averbações de outros órgãos, tornando o cálculo mais preciso;
- Funcionalidade para gestão de mapas de tempo de serviço já emitidos para magistrados, recurso que promove maior capacidade de organização para a área de negócio responsável;
- Adaptação para a observância da lei 10.633/2024, relacionada a reorganização do poder judiciário (retorno das primeiras e segundas entrâncias);
- Adaptação para a observância da resolução 525/2023 do CNJ, relacionada a ação afirmativa de gênero, garantindo às juízas de 1º grau o acesso aos Tribunais de 2º grau pelo critério de merecimento, com observância das políticas de cotas raciais instituídas pelo CNJ;
- Mecanismo no GPESWEB que permite a anotação de plantões realizados num mesmo dia e em órgãos distintos;
- Mecanismo no GPESWEB para processamento de registros oriundos da Resolução CM 04/2025, permitindo que magistrados usufruam dias de descanso ou possam convertê-los em pecúnia;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Adaptação no GPES em atendimento a lei 10.633/2024 viabilizando cômputo de tempo de serviço em outros órgãos para aquisição de marco relativo a licença especial;
- Funcionalidade para integração do registro de abono permanência com a folha de pagamento, eliminando a necessidade de abertura de processo para obter a percepção do benefício em folha;
- Funcionalidade para integração dos dados de avaliação atuarial permitindo a emissão de relatório, pelo próprio sistema, a ser enviado ao Rio Previdência;
- Funcionalidade para integração dos dados relacionados à gratificação de acervo de magistrados na folha de pagamento;
- Funcionalidade para integração dos dados relacionados à GETIC na folha de pagamento;
- Funcionalidade para integração de venda de licença especial de servidores;
- Funcionalidade para integração de memorandos de magistrados com a folha de pagamento;
- Integração da lista de antiguidade com o sistema eproc, promovendo maior sincronização e confiabilidade das informações entre as plataformas.

9. ATENDIMENTO, SUPORTE AO USUÁRIO E VIRTUALIZAÇÃO DO TRABALHO

9.1 Infraestrutura de Computadores e Usuários

Diversas iniciativas foram implementadas com o objetivo de modernizar as atividades de trabalho e a prestação jurisdicional:

- A atualização permanente de estações de trabalho e servidores, tanto em localidades remotas quanto nas unidades departamentais, segue em curso. Essa atividade engloba homologação, distribuição e aplicação de atualizações de sistema operacional, aplicativos, navegadores e patches de segurança, incluindo antivírus, fornecidos pelos fabricantes. O objetivo é manter o TJRJ alinhado às tecnologias mais recentes e protegido contra novas ameaças;
- Implementação de requisitos de segurança e um servidor de distribuição de atualizações para o ambiente Linux, utilizado pelos desenvolvedores da SGTEC;
- Os servidores departamentais e das localidades remotas, anteriormente atualizados para Windows Server 2022, estão em processo de migração para Windows Server 2025, iniciativa que reforça a segurança da infraestrutura tecnológica e otimiza a eficiência operacional;
- Início do processo de aquisição para substituição dos computadores servidores departamentais e das localidades remotas visando garantir maior confiabilidade e continuidade dos serviços de TI;
- Atualizações relativas ao Microsoft Configuration Manager (MCM): versões do SQL Server, Windows Server e do próprio MCM;
- Revisão permanente dos softwares de terceiros disponibilizados para uso no TJRJ: análise, homologação e autorização para uso. Controle do ciclo de vida de cada aplicativo, atualizando versões a fim de garantir a segurança, funcionalidade e, quando for o caso, a conformidade do licenciamento. Remoção de versões obsoletas e que não recebam mais atualizações, com documentação específica em caso de exceções;
- Implementação do projeto de políticas do Intune, solução de gestão de dispositivos baseada em nuvem, para padronização com o ambiente on-premises (físico) atual, garantindo consistência e segurança nas políticas de gerenciamento de dispositivos externos;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Implementação de novos requisitos para as senhas com que os usuários acessam a rede do TJRJ. Essas alterações visam a aumentar a segurança no acesso, com adequação às boas práticas de segurança da informação e conformidade com normas vigentes;
- Realização de prova de conceito (POC) do Copilot for Microsoft 365, que integra recursos de Inteligência Artificial às ferramentas do Microsoft Office 365 como o Excel, Word, Power Point, Teams, Outlook, a fim de avaliar possível contratação do correspondente licenciamento. O Copilot permite automatizar tarefas repetitivas, melhorar a análise de dados, proporcionar a criação de conteúdo com maior qualidade e rapidez, tornar reuniões mais produtivas, e outras tarefas associadas ao uso da Inteligência Artificial;
- Criação de recurso no Microsoft Bookings para reserva de salas de audiência das varas cíveis da Capital e Regionais para que as partes e advogados possam participar das audiências remotas pelo Microsoft Teams no fórum mais próximo de suas residências. Esta ação foi iniciada em decorrência do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 8/2025, que implementa a distribuição equalizada de processos na Comarca da Capital e Regionais;
- Implantação do Windows Hello for Business na plataforma Microsoft Intune, com o objetivo de permitir que os notebooks do TJRJ consigam autenticar-se na rede corporativa por meio de biometria quando conectados fisicamente à rede interna;
- Integração do eproc com o Microsoft Teams, com funcionalidades como criação de reuniões (para audiências) e envio de mensagens pelo Teams para homologação pelas equipes responsáveis;
- Início dos estudos sobre o uso do Microsoft Azure Automation Account, um serviço da Microsoft que permitirá a automação, em ambiente de nuvem, de tarefas de manutenção de infraestrutura do ambiente computacional, atualmente realizadas de forma manual ou em servidores locais. Esse serviço disponibiliza um ambiente que armazena configurações, scripts e outros recursos de automação, facilitando a execução automática de processos, permitindo padronização, economia de tempo, redução de erros operacionais e incrementando a segurança das atividades;
- Automação e Otimização de Processos: foram desenvolvidas e aprimoradas automações para padronizar fluxos de trabalho, comunicação e geração de relatórios, utilizando ferramentas como Power Automate e Power BI. A automação abrange tarefas rotineiras, como reinicialização de estações Linux das equipes dos Departamentos de desenvolvimento de sistemas, automação para

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

movimentação de máquinas entre Unidades Organizacionais (OU), atualização de catálogos de serviços e monitoramento de indicadores;

- Gestão e Modernização da Infraestrutura: além das atualizações dos servidores já mencionadas, foi reforçada a implementação da integração desses servidores ao MS Defender e Azure Arc, com maior eficiência na gestão de inventário de softwares, e atividades como remoção de versões obsoletas e reestruturação de permissões, com foco em compliance e redução de riscos;
- Estudo sobre a solução Global Secure Access (GSA), solução da Microsoft baseada em Zero Trust que objetiva melhorar a segurança no acesso a recursos corporativos. Além de ser uma possível alternativa ao SAR, pode substituir ou otimizar o acesso via VPN, oferecendo mais controle e proteção; E
- Estudo sobre estações cogerenciadas pelo Active Directory e pelo Microsoft Intune, estabelecendo modelo híbrido para as máquinas atualmente registradas apenas no Entra ID. Permitindo que esses dispositivos possam receber políticas do AD e, simultaneamente, recursos avançados do Intune. Essa integração possibilita maior segurança, distribuição ágil de patches, aplicação de compliance e GPO de forma mais eficiente;
- Início dos estudos para contratação substitutiva de licenciamento de produtos Microsoft e de plataforma em nuvem (Microsoft Azure), considerando que o contrato atual termina em 31/12/2026;
- Com o encerramento do suporte da Microsoft ao MS Office Standard 2016 e 2019 em 14/10/2025, foi iniciada a contratação de nova solução Microsoft 365 Apps e Office Professional Plus, garantindo a substituição das versões descontinuadas. A medida previne riscos de vulnerabilidades decorrentes da ausência de atualizações de segurança e funcionalidades, assegurando a continuidade das rotinas administrativas e jurisdicionais.

9.2 Atendimento ao Usuário

- Ampliação do Escopo de Atendimento N1 – tem como objetivo a reestruturação das permissões concedidas aos analistas de suporte de primeiro nível, permitindo a ampliação do escopo de atendimento da equipe. A adoção do acesso remoto contribui na resolutividade do N1, fortalece o processo de aprendizagem dos analistas e reduz o volume de chamados encaminhados às



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

demais equipes, permitindo maior foco e análises mais criteriosas das solicitações. Como reflexo direto dessa reestruturação, observa-se o aumento da quantidade de solicitações concluídas já durante o primeiro atendimento;

- Desenvolvimento de painéis interativos para a gestão de indicadores de serviço e de pessoal — para o contrato vigente de prestação de atendimento e suporte — permitindo a visualização em tempo real das métricas e facilitando a tomada de decisões estratégicas com maior embasamento.
- Fluxo automatizado para atendimento a pedidos de criação de conta de rede que chegam ao N1, utilizando Microsoft Forms, preenchido e enviado pelo solicitante para coleta das informações necessárias.
- Apoio na implantação do novo Portal de Atendimento de TI, integrado ao Microsoft Teams, em substituição à antiga plataforma de ITSM, proporcionando maior agilidade, acessibilidade e eficiência no suporte aos usuários.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

10. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) tem investido significativamente em soluções de inteligência artificial para otimizar seus processos judiciais e administrativos. Dessa forma, com a nova estrutura da SGTEC foi criada a Assessoria de Inteligência Artificial (IA). Esta área é responsável por coordenar todas as atividades e projetos envolvendo inovações com inteligência artificial (IA), tais como as descritas a seguir:

10.1 Assistente IA (ASSIS) - 1ª e 2ª Instâncias

Um dos principais projetos em desenvolvimento é o assistente jurídico, denominado ASSIS, que visa auxiliar Juízes e Desembargadores na elaboração de minutas de decisões, sentenças e acórdãos em processos judiciais de 1ª e 2ª instância. O desenvolvimento do ASSIS representa um marco significativo na transformação digital do TJRJ, visando não apenas a automação de tarefas rotineiras, mas também a melhoria na qualidade das decisões judiciais.

A utilização do ASSIS para a elaboração de minutas garante que os documentos produzidos sejam coerentes, precisos e alinhados com a jurisprudência vigente.

Atualmente, o assistente jurídico está implantado na 1ª instância, nas competências de Juizado Especial Cível (JEC), Juizado Especial Fazendário (JEF) e Cível. Na 2ª instância, está em operação na competência de Direito Público. A expansão para novas competências já está prevista e será realizada de forma gradual.

Na 1ª instância, o assistente está configurado para gerar minutas de sentenças, contemplando as partes essenciais: relatório, fundamentação e dispositivo. Já na 2ª instância, é possível elaborar relatórios de apelação e de agravo de instrumento. Além disso, estão em desenvolvimento as funcionalidades de geração da fundamentação e da ementa do acórdão. Em ambas as instâncias, o usuário pode realizar perguntas livres relacionadas ao processo judicial e criar prompts personalizados, os quais podem ser salvos no sistema para reutilização futura.

Com o objetivo de disseminar o conhecimento e incentivar o uso do ASSIS na 1ª instância, foram realizados seis workshops de capacitação na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), voltados a Magistrados das competências de Juizado Especial Cível (JEC), Juizado Especial Fazendário (JEF) e Cível.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Na 2ª instância, o ASSIS já foi implantado e está sendo avaliado por Assessores de Desembargadores. Esses profissionais vêm colaborando ativamente no desenvolvimento das novas funcionalidades voltadas à elaboração de ementas e à fundamentação dos acórdãos.

Adicionalmente, foram realizadas duas apresentações específicas para Desembargadores do TJRJ e organizadas três turmas de capacitação pela ESAJ (Escola de Administração Judiciária), destinadas aos assessores de Desembargadores para que eles utilizassem a ferramenta ASSIS.

Todos os feedbacks coletados durante as ações de capacitação e testes práticos são cuidadosamente analisados e incorporados ao processo de evolução do assistente. Esse processo promove seu aprimoramento contínuo e o alinhamento às necessidades dos usuários.

Também estão em curso iniciativas voltadas à nacionalização e integração do sistema ASSIS à Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br), com o objetivo principal de promover a interoperabilidade da solução. Essa integração visa viabilizar sua adoção por diferentes Tribunais e consolidar o ASSIS como uma ferramenta de alcance nacional.

Com vistas à efetivação dessa iniciativa, estão sendo implementados três requisitos estruturantes: (i) a migração da arquitetura do sistema para ambiente em nuvem da Amazon Web Services (AWS), conforme padrão adotado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assegurando independência tecnológica e evitando vinculação exclusiva a fornecedores; (ii) a adoção do login unificado, mediante integração ao serviço de autenticação Single Sign-On (SSO) da PDPJ-Br, promovendo acesso centralizado e seguro; e (iii) a integração ao Datalake da PDPJ-Br, para acesso estruturado e padronizado aos dados processuais.

A adoção do ASSIS traz previsões de aumento exponencial na produtividade de decisões judiciais e eficiência na tramitação de processos. Estima-se que, economizando 2 horas de trabalho diário, o sistema seja capaz de produzir o equivalente ao trabalho de 1.100 novos Desembargadores, Juízes, Assessores e Secretários.

Além de ganhos operacionais, o projeto ASSIS representa um marco estratégico no processo de transformação digital do Poder Judiciário. Essa iniciativa contribui para o posicionamento do TJRJ como referência em inovação tecnológica e modernização institucional.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

No segundo semestre, o projeto ASSIS apresentou avanços significativos em sua evolução e implementação. O sistema passou a contar com mais de 500 usuários ativos, incluindo Juízes, Desembargadores e Assessores, e foi oficialmente disponibilizado a todos os Desembargadores do TJRJ, consolidando sua relevância no apoio à atividade jurisdicional.

A arquitetura do assistente jurídico foi atualizada, permitindo a execução do sistema tanto na Amazon Web Services (AWS) quanto na Microsoft Azure, o que assegura maior flexibilidade e independência tecnológica. Essa modernização resultou em desempenho significativamente superior, com expressiva redução dos custos operacionais.

Adicionalmente, foram iniciados os trabalhos de integração do ASSIS ao sistema judicial Eproc, ampliando as possibilidades de uso da ferramenta no ecossistema tecnológico do Poder Judiciário. Também tiveram início os ajustes necessários para incorporar ao ASSIS os resultados do projeto de Precedentes Qualificados, viabilizando a identificação de precedentes relevantes associados aos processos em análise no sistema.

Esses marcos evidenciam o compromisso contínuo com a modernização e a eficiência, reafirmando o impacto estratégico do ASSIS no processo de transformação digital do TJRJ.

10.2 Precedentes Qualificados

Outra importante iniciativa do TJRJ em inteligência artificial é o projeto de identificação de precedentes qualificados, que tem como objetivo otimizar a pesquisa de decisões judiciais anteriores que servem como referência para julgamentos futuros. Esta iniciativa visa promover a consistência e previsibilidade do sistema jurídico, automatizando a tarefa de encontrar e analisar precedentes relevantes.

Modelos de IA podem automatizar a pesquisa de precedentes, analisando vastos conjuntos de dados jurídicos para identificar decisões relevantes de forma rápida e precisa. Isso reduz significativamente o tempo necessário para a preparação de casos e permite que os profissionais do direito se concentrem em atividades de maior valor agregado. Utilizando técnicas de processamento de linguagem natural (NLP), as ferramentas podem comparar casos jurídicos com base em suas características semânticas, identificando precedentes que sejam substancialmente semelhantes ao caso em questão. Isso ajuda a garantir que decisões consistentes sejam tomadas em casos similares.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O projeto tem como objetivo implementar uma solução baseada em inteligência artificial para identificar precedentes qualificados a partir de petições recebidas pelo TJRJ. As empresas convocadas foram responsáveis pelo desenvolvimento de um MVP (Produto Mínimo Viável) utilizando modelos de linguagem generativa, entre elas GPT-4, Gemini e Claude, para apoiar a triagem e distribuição de processos.

O MVP de cada empresa permitirá identificar teses e paradigmas já consensuados para apoiar na distribuição dos processos que cheguem na 3ª Vice-Presidência do TJRJ, com o objetivo de validar o uso do GPT-4 para gerar ganhos de produtividade dos magistrados.

Três empresas apresentaram protótipos com o objetivo de resolver o problema de identificação de precedentes qualificados para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). As empresas participantes são Elogroup Consulting Ltda, Xertica Brasil Ltda e Spassu Tecnologia e Serviços S.A. Cada uma dessas empresas utilizou um ambiente tecnológico distinto para desenvolver suas soluções. A Elogroup empregou a plataforma Microsoft, a Xertica utilizou a plataforma Google, e a Spassu utilizou o ambiente tecnológico da AWS. Essas diferentes abordagens permitiram uma avaliação abrangente das capacidades tecnológicas de cada plataforma.

A Assessoria de Inteligência Artificial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) produziu um relatório detalhado sobre a Prova de Conceito (POC) para a identificação de Precedentes Qualificados. Este relatório apresenta uma análise abrangente dos resultados e das funcionalidades dos sistemas testados, destacando seus benefícios e potenciais melhorias.

O resultado da empresa vencedora, a Elogroup com a Microsoft, encontra-se implementado na infraestrutura do tribunal.

A partir dos bons resultados encontrados na identificação de precedentes qualificados, avaliados pelas juízas da 3ª Vice-Presidência do TJRJ e um chefe de gabinete de uma desembargadora, a solução está sendo adaptada para ser integrada ao Assis. Assim, os resultados do assistente serão enriquecidos com jurisprudência relevante e adequada, de forma a aumentar a eficiência dos processos judiciais no tribunal.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

10.3 Projeto de Classificador de Classes e Assuntos

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) deu um passo significativo em sua jornada de inovação e eficiência com o lançamento e desenvolvimento do Classificador de Classes e Assuntos. Este projeto estratégico foi concebido em estrita conformidade com a Tabela Processual Unificada (TPU) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visando não apenas modernizar, mas também harmonizar a classificação processual em âmbito nacional.

O objetivo primordial do CLASSIFICADOR é estabelecer uma ferramenta de classificação agnóstica, ou seja, independente de sistemas judiciais específicos, capaz de classificar automaticamente os processos judiciais. Esta automação promete uma padronização sem precedentes e um incremento substancial na eficiência do tratamento das vastas informações judiciais, otimizando fluxos de trabalho e aprimorando a gestão de dados.

10.3.1 Características Inovadoras e Benefícios Operacionais:

O Classificador incorpora um conjunto de funcionalidades robustas projetadas para garantir precisão e integridade nos dados:

- **Validação Inteligente e Ratificação Sugerida:** Uma das funcionalidades mais cruciais do CLASSIFICADOR é sua capacidade de inteligência artificial para analisar a coerência entre o conteúdo documental e a classificação atribuída. Caso identifique inconsistências, o classificador proativamente sugere ao usuário a ratificação ou correção da classificação. Esse mecanismo não só eleva exponencialmente a precisão do processo de categorização, como também minimiza erros humanos e acelera a revisão, assegurando que cada processo esteja corretamente enquadrado.
- **Higienização Abrangente de Bases de Dados:** O sistema foi desenhado para ir além da classificação, permitindo uma higienização global e sistemática de bases de dados estatísticas. Isso inclui a revisão e correção de classificações em petições iniciais, petições intercorrentes e todos os tipos de atos judiciais — sejam eles decisórios (como sentenças e acórdãos) ou não decisórios (como despachos e decisões interlocutórias). Essa capacidade de limpeza e

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

padronização é fundamental para a integridade dos dados, resultando em relatórios estatísticos mais confiáveis e em uma base sólida para análises de desempenho e planejamento estratégico.

- **Alinhamento Estratégico com Diretrizes do CNJ:** A arquitetura e o desenvolvimento da solução foram meticulosamente planejados para garantir total conformidade e alinhamento com as metas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Isso inclui a integração perfeita com iniciativas como o DATAJUD, que visa a coleta unificada de dados processuais, e o CODEX, que padroniza o sistema de indexação de documentos jurídicos. Essa aderência não apenas garante a conformidade regulatória, mas também posiciona o TJRJ na vanguarda da padronização e interoperabilidade sistêmica em nível nacional.
- **Promoção da Padronização e Qualidade de Dados Judiciais:** Em sua essência, a implementação do CLASSIFICADOR representa um salto qualitativo na gestão da informação judicial. Ao automatizar e refinar o processo de classificação, o projeto contribui diretamente para uma maior padronização terminológica e conceitual, o que, por sua vez, eleva a qualidade dos dados. Dados mais consistentes e precisos são a base para melhores tomadas de decisões, análises jurídicas mais eficazes e, em última instância, uma prestação jurisdicional mais célere e justa.

10.3.2 Entregas Concretas e Perspectivas:

O projeto CLASSIFICADOR já alcançou marcos importantes, solidificando sua contribuição para a modernização do TJRJ:

- **Modelos de Classificação Treinados e Especializados:** Foram desenvolvidos e treinados modelos de inteligência artificial altamente especializados para a classificação de classes e assuntos. Estes modelos cobrem de forma abrangente aproximadamente 500 assuntos distintos, com foco particular nas competências de Juizado Especial Cível (JEC), Cível e Empresarial. Essa amplitude garante a aplicabilidade da ferramenta em diversas esferas do direito, otimizando o fluxo de trabalho em setores cruciais.
- **Protótipo Funcional em Fase de Homologação:** Um protótipo completo, dotado de uma interface visual intuitiva e totalmente funcional, foi desenvolvido e está atualmente disponível para a fase crítica de homologação. Este processo envolve testes e validação por parte de usuários-chave, incluindo Magistrados e servidores de Cartório, garantindo que a ferramenta atenda às



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

necessidades operacionais e se integre de forma fluida aos processos existentes antes de sua implementação em larga escala.

- **Capacitação e Engajamento dos Usuários:** Com o intuito de garantir a plena adoção e o uso eficaz da nova ferramenta, um workshop detalhado foi realizado em junho de 2025. Este evento proporcionou uma apresentação aprofundada do Classificador e um treinamento prático para os usuários, fomentando o engajamento e a familiaridade com as novas funcionalidades.
- **Metodologia de Desenvolvimento e Adaptabilidade Futura:** O processo de desenvolvimento do ASSIA incluiu uma fase extensiva de análise e comparação entre diversos modelos e soluções de classificação disponíveis no mercado e na academia. Este rigor permitiu a identificação do "melhor modelo" inicial para a classificação, otimizando a performance. No entanto, cientes da rápida evolução da área de Inteligência Artificial, que pode trazer novas técnicas e implementações a qualquer momento, o produto foi concebido com uma robustez intrínseca para retreinamento contínuo. Ele permite a incorporação de feedbacks dos usuários como insumo para aprimoramento e é projetado para ser totalmente adaptável, garantindo que qualquer novo modelo de IA que surja no futuro possa ser integrado, mantendo o CLASSIFICADOR na vanguarda tecnológica.
- **Criação de Validador dedicado à melhoria da base de dados utilizada para o treinamento do classificador:** representa um avanço significativo no processo de higienização e aperfeiçoamento dos modelos de aprendizado. Embora o Validador não realize diretamente a classificação, ele é capaz de identificar, com precisão, inconsistências e possíveis erros nas classificações existentes, contribuindo para a depuração e a padronização da base de treinamento. Essa funcionalidade assegura que os dados utilizados no treinamento dos modelos sejam mais consistentes e confiáveis, resultando em modelos de classificação mais precisos e alinhados às demandas do TJRJ. Essa iniciativa, ao garantir uma base de dados limpa e padronizada, fortalece os pilares de qualidade e integridade que sustentam o projeto, posicionando o CLASSIFICADOR como referência em automação e gestão de informações judiciais no Brasil.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11. OUTRAS REALIZAÇÕES NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

11.1 Evolução de Sistemas Judiciais Legados

11.1.1 Evoluções DCP (Distribuição e Controle de Processos de 1ª Instância)

Foram realizadas as seguintes iniciativas para evolução do sistema DCP:

- **Automatização da Movimentação para a Competência de Violência Doméstica:** implementação de melhorias para permitir a movimentação automática de processos para a competência de Violência Doméstica, com o objetivo de reduzir a intervenção manual do cartório, otimizando fluxos internos e garantindo maior celeridade processual;
- **Criação do Relatório de Processos Distribuídos por Plantão Judiciário (DCP):** desenvolvimento de relatório específico no DCP para viabilizar a consulta sistematizada dos processos distribuídos durante o plantão judiciário, promovendo maior controle e transparência;
- **Integração com as Publicações no DJEN:** estabelecimento de integração automatizada com o Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), possibilitando o monitoramento e controle de publicações de forma centralizada no sistema;
- **Inclusão do Marketplace na Tela do DCP:** inserção da funcionalidade de acesso ao Marketplace diretamente pela interface do DCP, facilitando a aquisição de soluções integradas e serviços complementares ao sistema;
- **Atualização do Relatório de Prisões Provisórias:** modificação no relatório para identificar réus presos em decorrência do descumprimento de medidas protetivas, alinhando a ferramenta com as demandas da competência de Violência Doméstica;
- **Nova Regra de Juntada de Petição sem Alteração de Local Virtual:** implementação de regra específica de juntada de petições que mantém inalterado o local virtual do processo, em atendimento ao processo SEI nº 2024-06003413;
- **Sigilo da Vítima na Pauta de Audiências da Violência Doméstica:** adequação do sistema para garantir o sigilo dos dados da vítima nas pautas de audiência relativas



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

à Violência Doméstica, conforme princípios legais de proteção da intimidade e segurança da parte vulnerável;

- **Integração ao Domicílio Eletrônico – DCP:** integração da funcionalidade de Domicílio Eletrônico ao DCP, permitindo o gerenciamento e envio centralizado de comunicações eletrônicas oficiais às partes e representantes legais;
- **Integração com o BNMP para Atualização do Número do RJ:** conexão automatizada com o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP) visando à atualização do Registro Judiciário Individual (RJI) nos processos, promovendo uniformização e precisão cadastral;
- **Melhoria na Pesquisa Fonética na Ficha de Antecedentes Criminais:** aprimoramento do algoritmo de busca fonética, proporcionando maior efetividade na localização de registros na Ficha de Antecedentes Criminais, mesmo com variações na grafia dos nomes;
- **Gestão de Andamento 100% Digital:** implementação de controles para permitir a inclusão e exclusão de andamentos classificados como "100% digitais", ampliando a flexibilidade e o controle sobre os registros de tramitação processual;
- **Implantação de maior segurança na tela de autenticação:** implementação da melhoria da qualidade da senha e do MFA;
- **Juntada Automática de Certidão de Óbito aos Autos:** automatização da juntada de certidões de óbito aos autos processuais, com base em dados externos, eliminando etapas manuais e aumentando a eficiência na baixa de processos com parte falecida;
- **Adequações para Atendimento à Lei nº 15.035/2024:** inclusão de funcionalidades e ajustes necessários para a conformidade com os dispositivos da Lei Estadual nº 15.035/2024, promovendo segurança jurídica e aderência normativa;
- **Adequações para Atendimento à Lei nº 14.857/2021:** implementação de ajustes técnicos e procedimentais para garantir a compatibilidade com as disposições da Lei Federal nº 14.857/2021, especialmente no que se refere às novas diretrizes processuais
- Implantação da Resolução 569 de 2024 do CNJ;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Recebimento de petição intercorrente via Jus.br do CNJ;
- O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) implantou, em julho de 2025, a instituição do Juiz de Garantias nos sistemas PJe e DCP, com a criação da 1ª Vara das Garantias, em cumprimento à Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), à Resolução nº 562/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e à Resolução OE nº 21/2025 do TJRJ. Para viabilizar a adaptação dos sistemas às novas rotinas das Varas das Garantias, foram desenvolvidas diversas requisições, assegurando a adequada tramitação dos feitos sob a competência do Juiz de Garantias.
- Em junho de 2025, e nos meses subsequentes, foram implantadas melhorias no sistema judicial legado (DCP), com o objetivo de preparar a migração dos processos para o sistema eproc. Essas melhorias tiveram como foco a redução gradual do número de processos mantidos nos sistemas judiciais legados (DCP), criando condições técnicas e operacionais para uma transição segura. Durante a implementação, foram definidos critérios técnicos e negociais que permitiram maior eficiência na transferência de dados. Além disso, foram estabelecidos procedimentos específicos para o tratamento de processos que se encontravam em tarefas capazes de dificultar ou inviabilizar a migração, assegurando a resolução prévia dessas situações.

11.1.2 Sistema Precatórios

No Sistema Precatórios, as seguintes melhorias foram implementadas:

- Integração com o Banco do Brasil: automatização de recursos das contas dos entes devedores;
- Simulação de Cálculo e Informação de Quitação;
- Inclusão das colunas valor mensal da parcela, aporte mensal e processo de pagamento no relatório de Estatísticas de Controle de Depósitos;
- Tratamento diferenciado para habilitação de herdeiros;
- Inclusão do tipo honorário sucumbencial para os casos em que os honorários tiverem que ser divididos por vários advogados;
- Tratamento para RPV (Requisições de Pequeno Valor) de dois ou mais precatórios diferentes;
- Tratamento de prioridades em precatórios de natureza alimentar dos entes do regime geral/comum;
- Relatório de entidades previdenciárias;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Tratamento para documentos restritos.
- Visualização das parcelas na tela de Consulta de Depósitos do Portal de Precatórios;
- Novo cálculo de atualização de precatórios conforme PEC 136;
- Implementação de Armazenamento e Listagem de Relatórios de Mandados, Depósitos e Pagamentos;
- Adequações no Sistema de Autuação e Gestão de Precatórios – Atualizações Normativas e Funcionais.

11.1.3 SACDIG (Sistema de Apoio à Central de Digitalização)

Implantado novo relatório para acompanhamento das atividades de digitalização de documentos realizadas pela empresa contratada, a fim de consolidar o número de imagens exportadas no período de faturamento.

11.1.4 SCM e SCMWEB (Sistema Central de Mandados)

Diversas funcionalidades foram adicionadas ao sistema SCM, versões *desktop* e *web* tais como:

- Permitir a seleção de múltiplos arquivos por vez na tela de confecção de certidões nos dois sistemas (SCM Desktop e SCMWeb);
- Implantação de maior segurança na tela de autenticação com a implementação da melhoria da qualidade da senha e do MFA (SCM Desktop).
- Implantação da integração entre os sistemas PJe e SCM/SSA (Sistema de Serviços Auxiliares);
- Adaptação do sistema para utilização da nova versão da biblioteca SegurancaPDPI.dll;
- Criação de aviso de não preenchimento da 3ª aba e bloqueio do cadastramento sem o seu preenchimento;
- Retirada do SCM da 3ª aba de custas processuais.

11.1.5 Correção Monetária (Calculadora Web)

As seguintes evoluções foram implementadas em 2025:

- Funcionalidade para o cálculo de Multa Penal e Prestação Pecuniária.
- Permissão da inserção da data inicial de juros anterior à data de início da correção monetária.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11.1.6 SCJ (Sistema de Cálculos Judiciais)

As seguintes funcionalidades foram desenvolvidas no período:

- Criação do novo local virtual (VCALC);
- Adaptação do sistema para utilizar a nova versão da biblioteca SegurancaPDJ.dll 1.15.18.0;
- Criação de 2 *views* (visualizações) para processos recebidos e devolvidos para atender a CGJ;
- Integração entre o SCJ Desktop e o sistema eproc.
- Inclusão dos fatores SELIC e IPCA-Bacen para cálculo da taxa legal;
- Criação de nova cesta de índices;
- Criação de 3 novos fundos:
 - FUNPGALERJ (Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento da Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro);
 - FUNPGT (Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento da Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro);
 - FUNDAC-PGGUERJ (Fundo Especial da Procuradoria-Geral da UERJ).
- Implementação da nova sistemática de cálculo, a ser considerada para os cálculos “cíveis”, à luz do disposto na lei Federal nº 14.905/24;
- Implantação de maior segurança na tela de autenticação com a implementação da melhoria da qualidade da senha e do MFA.

11.1.7 + Acordo

O projeto +Acordo tem como objetivo proporcionar soluções rápidas e adequadas para os mais diversos conflitos de interesse, aprimorando a experiência do usuário e aumentando a efetividade do Poder Judiciário. A iniciativa se concentrou na modernização e automação de processos judiciais, com foco em otimizar a gestão das demandas.

Entre as ações realizadas, destacam-se:

- Alteração de textos das páginas de “criar” e “consultar demanda processual”;
- Adicionada máscara ao número CNJ na página "demanda processual criada";
- Adicionado número CNJ no corpo do documento de Termo de Acordo;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Bloqueado o tratamento de casos processuais de competências e órgãos específicos;
- Alterado menu principal e rodapé para que as listas de demandas pré-processuais estejam disponíveis separadamente para os perfis advogado e comitê;
- Adicionado texto explicativo na página principal de advogados substabelecidos e editar mensagem de sucesso de edição;
- Adicionado o recebimento de mensagens do chat em tempo real para os advogados substabelecidos;
- Alterado comportamento do sistema no início da negociação para minimizar casos de demandas falhadas por indisponibilidade no PJe;
- Foi permitido que advogados de ambos os polos da demanda processual realizem a retentativa de transferência de termo/relatório para o PJe em casos de falha;
- Exibição das demandas processuais criadas para o comitê supervisor;
- Exibição de ícone de 'nova mensagem no chat' na tabela de demandas processuais em negociação;
- Inclusão de notificações do sistema no chat das demandas processuais;
- Exportadas as listas de demandas processuais;
- Foi permitido que os advogados encerrem ativamente as demandas processuais em negociação;
- Foi permitido que uma demanda processual tenha CPF/CNPJ compondo os dois polos;
- Foi permitido que o advogado crie e visualize demandas pré-processuais e processuais a partir de telas independentes;
- Foi permitido que o advogado visualize os dados de um processo a partir do nº CNJ (pelo botão de consultar ou pelo botão de criar demanda);
- Foi permitido que os advogados nativos do processo criem demandas processuais;
- Foi permitido que os advogados nativos do processo acessem demandas processuais e iniciem negociações;
- Alteração o nome do perfil "Advogado do demandante" para "Advogado";
- Foi permitido encerrar automaticamente demandas processuais se não houver atuação no prazo estabelecido na plataforma;
- Possibilitada a troca de propostas e contrapropostas na etapa de negociação da demanda processual;



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Possibilitado o aceite de proposta/contraproposta de demanda processual;
- Foi permitida a recusa de proposta/contraproposta de demanda processual;
- Inclusão de "demandada" na lista de busca dos filtros do advogado;
- Exibição de ícone que indica que há novas mensagens no chat na tabela "Demandas em negociação";
- Alteração de texto da descrição de status 'em negociação' para o comitê supervisor;
- Alteração do default do filtro 'prazo' para os usuários da empresa;
- Padronização de textos sobre proposta automatizada disponível para reavaliação.
- Exibição do polo que criou a demanda processual no histórico da demanda (na página principal e no relatório gerado);
- Exibição de novos filtros de demandas processuais e pré-processuais para o comitê;
- Exibição de filtro de estado com múltipla seleção para os perfis de advogado e empresa;
- Utilização da Interface de Programação de Aplicações (API) do TJRJ para consultar a origem do processo;
- Utilização da API MNI do eproc para consulta processual;
- Alteração de textos nos formulários de criação de demanda pré-processual;
- Investigação e correção de falhas após aceite de proposta no ambiente de produção;
- Investigação e correção de prazos inconsistentes nas notificações via chat;
- Investigação e correção de mensagem de 'contraproposta n' exibindo 'contraproposta n+1' no chat da demanda processual;
- Utilização da API própria do sistema eproc para peticionamento intercorrente no fluxo de demandas processuais;
- Adaptação do fluxo processual para adicionar integração com a API do eproc;
- Realização de alterações relacionadas aos *cookies* da plataforma;
- Implementação de permissão para que o advogado envie sua proposta durante o estado "Aguardando início da negociação" no fluxo processual;
- Alteração das abas das tabelas de demandas processuais e exibição do ícone de pré-proposta na aba "Aguardando meu acesso";



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Alteração das páginas de elaboração de proposta/contraproposta para permitir a utilização da minuta gerada por IA;
- Criação de configuração global para habilitar fluxos com inteligência artificial na plataforma;
- Exibição de informações sobre entidades identificadas na descrição de fatos e pedidos para as duas partes da negociação pré-processual;
- Exibição da proposta de acordo gerada para as duas partes da negociação processual e pré-processual.

11.1.8 Domicílio Eletrônico

Foi expandida a integração para contemplar todas as pessoas jurídicas de direito privado, em atendimento ao cronograma de implantação do CNJ.

A integração do PJe com o Domicílio Eletrônico foi implementada em maio de 2024. Tal integração tem por finalidade modernizar, agilizar e tornar mais eficiente o envio de comunicações processuais às empresas, privadas e públicas, de forma centralizada, seguindo as diretrizes do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para adesão à PDPJ (Plataforma Digital do Poder Judiciário).

11.2 Evolução de Sistemas Administrativos

11.2.1 UNIVWEB (Gestão de Estagiários Universitários)

Foram implementados em 2025:

- Módulo de Produtividade Mensal de estagiários e residentes, em atendimento a obrigações demandadas pelo CNJ;
- Ferramentas visando fortalecimento de aspectos relacionados a segurança, qualidade de código e atualização de bibliotecas de componentes e serviços.

11.2.2 11.1.3 DELEGATÁRIOSWEB

Foi implementada integração com sistema SCOLWEB, garantindo consistência das informações relacionadas a órgãos.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11.2.3 FACILITADORESWEB

Inicialmente implementado como uma solução de contorno dentro do sistema GPES (desktop), o sistema ganhou sua versão WEB, sendo disponibilizado como um módulo do sistema CONCILIADORWEB.

11.2.4 CONCILIADORWEB

Foram implementados em 2025:

- Módulo para gerenciamento de designações (designação, prorrogação e dispensa) com as respectivas portarias;
- Diversos relatórios gerenciais e uma funcionalidade para tratar reprovações de conciliadores reprovados no curso de formação;
- Ferramentas visando fortalecimento de aspectos relacionados a segurança, qualidade de código e atualização de bibliotecas de componentes e serviços.

11.2.5 PORTAL DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Foram implementados em 2025:

- Funcionalidade para indicação 1º, 2º, 3º e 4º secretários de juízes, viabilizando a reformulação de cargos CAI-04 para DAI-06;
- Funcionalidade para emissão de mapa de tempo de serviço para os casos de aposentadoria especial, com data de disponibilização ainda a ser definida pela Administração;
- Capacidade de geração automática de processos SEI! a partir do preenchimento de formulários pelos magistrados, tornando desnecessárias as operações no SEI! para a criação dos processos administrativos para tramitação desses documentos;
- funcionalidade para emissão de certidões de liberação da pecúnia para magistrados;
- ferramentas visando fortalecimento de aspectos relacionados a segurança, qualidade de código e atualização de bibliotecas de componentes e serviços.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11.2.6 CONCURSOSWEB

Implementada integração com a GRERJ eletrônica.

11.2.7 CANDIDATURAWEB

Com a inauguração do novo sistema destinado a centralizar todos os tipos de candidaturas, foi implementado o módulo de candidatura para juristas (advogados). De forma gradual, todos os sistemas de candidaturas serão absorvidos pelo CandidaturaWEB.

Além disso, foram implementadas as seguintes funcionalidades:

- Cadastro de edital do Tribunal Pleno;
- Cadastro de edital das Turmas Recursais.

11.2.8 ÁREA EXTRAJUDICIAL

No âmbito dos sistemas da área extrajudicial, as seguintes iniciativas foram realizadas para aprimorar os serviços prestados:

- MAC (Módulo de Apoio à Corregedoria):
 - ◇ Disponibilizado um serviço (API) no sentido de obter, o detalhamento dos pagamentos efetuados, de forma individualizada, por serviço extrajudicial, nos termos do artigo 5º, parágrafo único, da Lei Estadual nº. 10.234/23.
 - ◇ A partir de 1º de janeiro de 2025, os valores das tabelas de custas e emolumentos, estão sendo atualizados pela variação da taxa referencial do Sistema de Liquidação de Custódia – SELIC – e não mais pela UFIR- RJ.
 - ◇ Disponibilizado um serviço (API) para prestar informações, mensalmente, ao FUNARPEN, conforme a Lei Estadual 10.234/2023: quantidade de selos adquiridos pelos serviços extrajudiciais; quantidade e discriminação de atos praticados, de forma individualizada, por serviço extrajudicial (conforme §2º, artigo 3º da Lei 10.234/23); e emolumentos dos serviços com atribuição de RCPN para apuração do reembolso renda mínima.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- ◇ Atualização tecnológica do componente Bootstrap 5.3 para manutenção da segurança da aplicação.
- MAS (Módulo de Apoio ao Serviço):
 - ◇ Importação dos arquivos da Secretaria de Saúde do histórico de declarações de nascidos vivos.
 - ◇ Integração com Receita Federal - Módulos CICAFA e CICAJ - Integração com Projeto Cartórios da Receita Federal do Brasil - Coleta Nacional - TJRJ - Docs Módulo CICAJ. Elaboração do arquivo a ser transmitido à Receita Federal. O Módulo CICAJ abrange informações dos emolumentos recebidos por cada responsável pela serventia no Estado do Rio Janeiro. Informações de 2024. Em relação ao CICAFA, para esse Módulo é necessário que seja encaminhado informações pelo FUNARPEN.
 - ◇ Implementada a funcionalidade Solução Negocial Prévia (SNP) para a atribuição Protestos de Títulos.
 - ◇ Atualização tecnológica do componente Bootstrap 5.3 para manutenção da segurança da aplicação.
- Atualização tecnológica com fins a migração para utilização do Windows Server 2022, dos seguintes sistemas:
 - ◇ SFE_WAS;
 - ◇ MAC;
 - ◇ MAS;
 - ◇ Site Público;
 - ◇ Portal ExtraJudicial.
 - ◇ CJE
- CPL (Certidão de Licitação Pública):



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- ◇ Atualização do valor da certidão do CLP - nova portaria de emolumentos 423/2025.

11.2.9 ADMetas (Acompanhamento de Procedimentos Administrativos e Metas da CNJ-RJ)

Em 2025 foram desenvolvidas as seguintes melhorias:

- Adaptação do sistema para integração com os mecanismos de segurança atuais do TJERJ.
- Parametrizar o sistema para congelar no fim do período como o CNJ e apresentar planilhas com indicadores separados.

11.2.10 GRP (Sistema de Gestão Contábil, Financeira e Orçamento da SGPCF)

Foram desenvolvidas melhorias no módulo de Custos do GRP, dentre elas:

- Modificação de regra de cálculo de custo unitário, considerando para cada mês os últimos 12 meses de custos e métrica (Processos Baixados);
- Automatização da recuperação de registros de contratos do SISCAN, para programa de DE PARA de locais.
- Elaboração do relatório 700040 - Anexo II - Resolução nº 195 – Proposta LOA-RJ, considerando a média de processos (casos novos) distribuídos ao primeiro e segundo grau, atendendo, assim, o previsto no inciso I do Art. 3º da Resolução CNJ nº 195/2014.
- Novos relatórios para atividades e grupos de despesa

Além disso, foram realizadas alterações que permitem lançamentos relacionados à movimentação de 'Residentes' e 'Estagiários', através da utilização do programa: 'Recebimento de Comprovante - Completo'. Foi adicionado o campo 'VALOR SELO', no programa (695769-GRERJs). Por fim, foi implementada a integração de dados entre os sistemas GEAUX e GRP.

Por fim, foram implementadas as funcionalizadas/requisitos da etapa 4, última fase de entrega do GRP– Contrato 003/068/2019 (SEI 2021-0666600).



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11.2.11 ARRECADAÇÃOWEB (Sistema de Arrecadação)

Foi realizada a atualização tecnológica do Sistema de Arrecadação, além da implantação do cadastro de mandados de pagamento e transferência, com geração de GRERJs.

11.2.12 COBRANÇA (Sistema de Cobrança Administrativa)

Foram implementados:

- Envio eletrônico de Notas de Débito para a PGE (Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro), com inscrição em Dívida Ativa e retorno do número da CDA (Certidão de Dívida Ativa). Além disso, foi desenvolvido o serviço de consulta eletrônica de CDA (Certidão de Dívida Ativa).
- Integração com a Receita Federal, para fins de disponibilizar consulta do nome e endereço correspondente ao CPF/CNPJ lançado na certidão de débito.
- Criação do cadastro de órgãos/entidades que não poderão sofrer cobranças administrativas.

11.2.13 ARRECINTEGRA WEB (Sistema de Arrecadação Integrada)

Foram implementados o projeto piloto da Certificação Automática de Custas e a criação do novo fluxo da certidão automática de Agravo de Instrumento. Além disso, foram realizadas melhorias na integração com o eproc, sendo as principais:

- Criação de novo serviço - Extrato da GRERJ Eletrônica;
- Liberação de acesso aos processos da central de autuação e arquivamento para o eproc;
- Permitir que os usuários atuantes nas 1VP, 2VP e 3VP tenham acesso aos dados dos processos do eproc de todos gabinetes de Segunda Instância;
- Alterações nas consultas dos processos migrados do PJe para eproc.

Referente a certificação de custas:

- Foi desenvolvido o cálculo imediato para ofícios eletrônicos de citação/intimação nas despesas eletrônicas;
- Inclusão da carta precatória.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Também foi implementada melhoria para impedir o cadastro e o envio de certidões de débito para órgãos/entidades que não podem sofrer cobrança administrativa.

11.2.14 SRGRERJ (Sistema de Restituição de GRERJ)

Foi desenvolvido um sistema para proporcionar a solicitação de restituição de GRERJ pelo portal. Após a homologação do mesmo, foram solicitadas melhorias para permitir a sua implantação em produção.

11.2.15 SISCOB (Sistema de Cobrança Administrativa)

Foi implantado parcialmente o novo Sistema de Cobrança Administrativa, em plataforma web, com as seguintes funcionalidades até o momento:

- Integração com o SEI: autuação de processos administrativos, inclusão de documentos, cancelamento de documentos, movimentação de processos para unidades externas, conclusão de processos;
- Importação de certidões de débitos judiciais;
- Emissão de intimações físicas;
- Cadastro de guias de remessa;
- Envio de intimações pelo e-Carta e integração com o SISCORWEB;
- Cadastro de GRERJs;
- Integração com a Receita Federal;
- Relatórios gerenciais.

11.2.16 GRERJ Eletrônica

Foram implementadas as seguintes iniciativas:

- Melhoria para possibilitar a realização de um único parcelamento na GRERJ de Cobrança Administrativa.
- Integração da GRERJ “Concurso - Servidor” com o sistema CONCURSOSWEB.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Implantação da GRERJ do tipo “Complementação de Custas”.
- Integração com o eproc:
 - Criação de serviço para buscar GRERJs de determinado processo;
 - Criação de serviço para envio de informações das GRERJs vinculadas ao processo no momento do pagamento.

11.2.17 SATI (Sistema de Apoio e Tratamento de Informações - Dívida Ativa)

Foram implementadas:

- Integração com a PGM do Rio de Janeiro para a consulta de Documentos de Arrecadação de Receitas Municipais (DARMs) pagos.
- Implementação do abatimento de custas pagas, incluindo receitas antigas, no momento do cadastro de novas GRERJs.
- Integração com a Receita Federal.

11.2.18 SAFWEB (Sistema Administrativo Fiscal)

Integração com a Receita Federal.

11.2.19 Sistemas da EMERJ

Foi realizada a atualização do logotipo da EMERJ em todos os seus sistemas, em conformidade com o Ato Regimental EMERJ nº 06/2025, que dispõe sobre a utilização da “Marca EMERJ” nas ações de comunicação institucional no âmbito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Abaixo seguem a relação dos sistemas afetados:

- CADEMERJ (Sistema de Cadastro Geral da EMERJ);
- SGEMERJ (Sistema de Gestão da EMERJ);
- SIEM (Sistema Integrado da EMERJ);
- SIEM-EVENTOS (Sistema de Eventos da EMERJ);



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- SCPE (Sistema de Concurso Público para EMERJ);
- SPGE (Sistema de Pós-graduação da EMERJ).

Além disso, foram realizadas as seguintes melhorias:

- SPGE - Emissão de carteirinha estudantil para alunos dos cursos de especialização nas áreas do direito (Pós-Graduação Lato Sensu da EMERJ).
- Sistema SIEM-EMERJ - Entregue o Cadastro de Pontuação do Caso Concreto, incluindo relatório de pontuação para visão do assistente de turma.
- Integração com o sistema GRP para envio de informações de dados bancários dos professores.

11.2.20 SISCOR (Sistema de Correspondências)

Foi concluída a implementação do módulo administrativo, com a exceção do módulo que atende às serventias, que, apesar de pronto, foi identificada a necessidade de ampliar o treinamento, bem como refinar a interface com os sistemas eproc e PJe para apoiar a fiscalização do contrato com os Correios, no tocante ao reenvio de correspondências.

Além disso, está em curso a interface com o sistema SISCOB, visando a aferição das faturas do contrato com os Correios.

11.2.21 SISLIC (Sistema de Licitações)

O SISLIC absorveu o SISRS, visando a futura migração para o SISCOL. Ajustes foram realizados para a aderência à Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/21), bem como adequações para atender à ATRICON. Além disso, o módulo de fornecedores foi migrado para o novo sistema SISCOL.

11.2.22 SISCOL (Sistema de Contratos e Licitações)

Implantado o módulo de fornecedores e está em desenvolvimento o módulo de fases da licitação.

11.2.23 SGSIN (Sistema de Segurança Institucional)

Foi implantado o cadastro de contingência e está em desenvolvimento o cadastro de pessoas.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

O SGSIN (Sistema de Gestão de Segurança Institucional), em seu Módulo Contingências, representa um marco para a SGSEI (Secretaria-Geral de Segurança Institucional) do TJERJ, por se tratar de seu primeiro sistema próprio. Ele foi implementado com o objetivo de centralizar e padronizar o registro e o tratamento de ocorrências e emergências de segurança. Esse avanço tecnológico aumenta a agilidade na resposta a eventos críticos e aprimora a gestão de riscos. O sistema possibilita a análise de dados para identificação de padrões e aprimoramento das ações de prevenção, contribuindo para um ambiente mais seguro à prestação jurisdicional. A iniciativa reforça o compromisso da SGSEI com a inovação e a autonomia tecnológica.

11.2.24 ESOU (Sistema de Ouvidoria)

Foram realizadas melhorias na pesquisa de satisfação.

11.2.25 SISCOMAWEB (Sistema de Controle de Malotes)

Foi realizada a atualização tecnológica do sistema SISCOMA, com absorção do Sistema de Controle de Envelopes (SISCODENV). A implantação em produção na Comarca da Capital está prevista para dezembro/2025.

11.2.26 CERIMONIALWEB (Sistema de Cerimonial)

Foi desenvolvido e entregue o CERIMONIALWEB, migrando o sistema anterior para uma tecnologia mais moderna. Estão em homologação novas funcionalidades ligadas a convites e acessibilidade.

11.2.27 SIDOC (Sistema de Controle de Documentação - DEGEP)

Foi implantado em 05/08/2025.

11.2.28 SISCAN (Sistema de Controle Contratos e Atos Negociais)

Realizadas adaptações no cadastro de fiscais para atender ao portal da transparência. Também foram implantadas melhorias nas extrações de tipos de contratos e quantidade de cargos por função.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11.2.29 SEI (Sistema Eletrônico de Informações)

O projeto de integração de inteligência artificial (IA) ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) foi iniciado por meio da implementação do módulo SEI IA, desenvolvido pela ANATEL. Este módulo foi implantado em produção em agosto/2025 para determinados usuários.

A implementação do módulo de Inteligência Artificial no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) constitui uma evolução significativa na gestão documental e processual do setor público. O módulo introduz recursos de Inteligência Artificial Generativa (GenAI), proporcionando ganhos expressivos em eficiência, celeridade e qualidade das atividades desempenhadas pelos servidores.

11.2.30 Modernização dos Sistemas Legados

Foi elaborado e executado um processo de modernização tecnológica de sistemas com o objetivo de atualizar sua linguagem de programação para uma mais contemporânea. Essa mudança foi necessária para garantir maior segurança dos sistemas e melhorar a experiência do usuário.

Os sistemas modernizados foram:

- SHFTJ – Sistema de Histórico de Funcional (MUMPS – MPS) – rotinas que foram migradas para o GPESWEB:
 - ◊ Rotinas relacionadas à aposentadoria de magistrados.
 - ◊ Rotinas relacionadas a funcionários que ainda eram utilizadas pela SGPES/DEAPS/DIAPA e SGPES/DEAPS/DICAD.
 - ◊ Rotina de averbação para fins de projeções.
 - ◊ Rotina Calculadora de Datas de Marcos.
 - ◊ Rotina de movimentação sem tipo definido (outros).
 - ◊ Rotina de cadastro de dossiê de candidato.
 - ◊ Rotinas relacionadas a pensão.
 - ◊ Rotinas de provimentos de entrada.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- ◇ Rotinas de provimentos regulares.
- ◇ Rotinas de provimentos de saída.
- ◇ Rotina de provimento de Reversão ao Serviço.
- ◇ Rotinas de consulta a registros históricos de frequência.

Observação: atualmente, o único trabalho de migração em andamento é de uma rotina legada que gera um relatório destinado ao CNJ e que é solicitado por aquele órgão regularmente. Todas as outras rotinas, tanto de manutenção de cadastro, quanto módulos transacionais, já foram assumidos por rotinas no GPESWEB. A previsão para desligamento total do SHFTJ é 14/12/2025.

- SHM – Sistema de Histórico de Magistrados Funcional (MUMPS) – rotinas que foram migradas para o GPESWEB:
 - ◇ Cadastro de Vagas
 - ◇ Rotinas de provimentos de entrada.
 - ◇ Rotinas de provimentos regulares.
 - ◇ Rotinas de provimentos de saída.
 - ◇ Relatórios.
 - ◇ Rotina de histórico de alterações de alterações ocorridas nos cadastros de designação, previsão de férias, licença e provimento.

Observação: o GPESWEB assumiu completamente as funções transacionais, de manutenção de cadastros e relatórios do SHM de modo que nenhum novo dado é registrado no sistema legado. A previsão para desligamento total é fevereiro/2026 e até lá, o sistema segue como um arquivo morto.

11.2.31 SISWEB/SISTUSU (Sistema de Controle de Usuários)

Foram implementados:



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Componente (biblioteca dinâmica contendo dados que podem ser acessados por vários sistemas) para DCP e EJUD, visando aderência à PDPJ (Plataforma Digital do Poder Judiciário).
- Rotina de inativação automática que agora inclui outras origens, como Juízes Leigos e estagiários, garantindo maior controle e organização na gestão dos registros.
- Melhoria que estabelece que o cadastro de e-mail se tornará obrigatório, com o objetivo de garantir a adoção do MFA (Autenticação Multifatorial), fortalecendo a segurança no acesso aos sistemas.
- Melhoria no SISWEB para exibição do “nome social” dos usuários, a partir da integração com a API do B-Cadastros.

Os sistemas SISTUSU e SISTSEG foram desativados em agosto, dando lugar ao SISWEB. O SISWEB é uma atualização tecnológica dos dois sistemas obedecendo a diretriz interna da SGTEC.

11.2.32 Portal Institucional do TJRJ

Foram implementadas as seguintes iniciativas:

- Desenvolvimento do Portal da SGTEC com a disponibilização de informações relevantes que auxiliam a gestão da secretaria.
- Integração com o sistema SOFE para obtenção do catálogo de aplicações para apresentação no Portal da SGTEC.
- Duplo fator de autenticação, a partir do envio de um código de acesso para o e-mail institucional dos usuários internos, para atendimento às determinações (Portaria CNJ 140/2024) a respeito da segurança de acesso dos usuários
- Reestruturação do Portal do Conhecimento com novo layout.
- Adequação da acessibilidade dos portais eproc, Precatórios, Corregedoria e Portal Institucional para adequação ao WCAG (Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web) desenvolvida pelo consórcio World Wide Web, objetivando tornar a internet mais inclusiva, permitindo que todas as pessoas possam navegar e interagir com conteúdos digitais de forma autônoma.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- Criação do Portal dos Juizados Especiais.
- Foi realizada a adequação do Portal da Transparência para atender aos apontamentos constantes do processo SEI nº 2025-06526364, relacionados aos Rankings da Transparência (CNJ) e ao Programa Nacional da Transparência Pública (ATRICON - Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, em parceria com o TCU e o TCE/MT).

11.2.33 GTCORP – Sistema de Gestão de Tabelas Corporativas

Implantada a integração automatizada ao Banco Central para carga das informações sobre instituições financeiras (bancos).

11.2.34 DJE (Diário da Justiça Eletrônico)

Foi implantada ferramenta Rybená que oferece soluções de acessibilidade digital, para pessoas com deficiência auditiva, visual e dificuldades de leitura. Atua como um tradutor de Libras e voz.

11.2.35 ARQGER (Sistema do Arquivo Geral do TJ)

Foram implantadas as seguintes melhorias no sistema:

- Inclusão das atividades realizadas na “Estatística de Produtividade”.
- Inclusão da informação do sinistro na “Consulta Documento”
- Inclusão da numeração única do CNJ no Relatório de Sinistro.
- Otimização do fluxo de trabalho na transferência de conteúdo de caixa
- Recepção de maço AFD (Arquivo Geral de Documentos) originários do PJe.

11.2.36 SISPEJUD (Sistema de Peritos Judiciais)

Foram implantadas as seguintes melhorias no sistema:

- Criação de pesquisa de peritos através do curriculum.
- Integração com o sistema eproc



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11.2.37 API RFB (B-Cadastros/B-CPF/B-CNPJ)

Foi criado um API que centraliza o acesso aos dados de CPF e CNPJ da Receita Federal, em substituição ao INFOCONV.

11.2.38 SAPICONFIG (Sistema e API de Configurações)

Foi criado projeto que fornece uma interface web e uma API destinadas ao cadastro e manutenção de configurações internas/parâmetros destinados ao funcionamento geral dos diversos sistemas e API desenvolvidos na SGTEC. Foi projetado também para servir como padrão de desenvolvimento dos sistemas DotNet, utilizando os padrões de arquitetura definidos na SGTEC, adotando Angular na interface e C# no back-end do projeto.

11.2.39 Análise de Perfil do Desenvolvedor

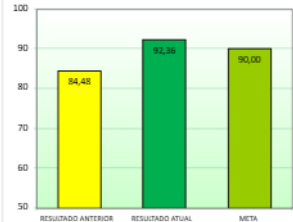
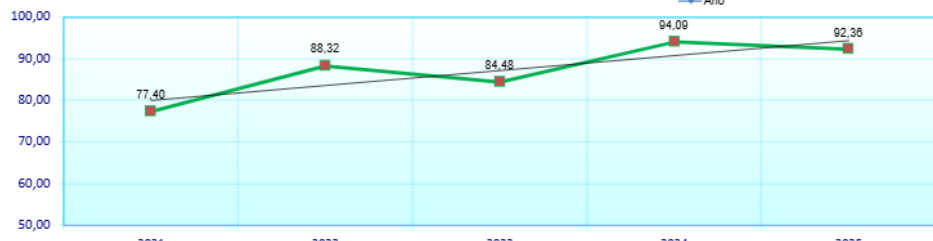
Foi realizado um estudo do perfil dos desenvolvedores que resultou na Revisão Licenciamento Microsoft voltado ao desenvolvimento de Sistemas para 2026 resultando em economia de R\$ 534.610,78 ao erário.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

12. PLANILHAS DE INDICADORES – ESTRATÉGICOS, GERENCIAIS E OPERACIONAIS

		PLANILHA DE INDICADORES														
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.																
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGTEC	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO			X	INDICADOR DE PROJETO			--	INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO			--	INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE		--
TEMA	Governança de TIC					OBJETIVO ESTRATÉGICO			Aprimoramento da Governança de TIC							
INDICADOR	Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD)					PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE			--							
FINALIDADE	Medir a maturidade da Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário.										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		Status			
PERIODICIDADE	Anual	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO			--	INDICADOR DE DESEMPENHO			X	INDICADOR DE EFICIÊNCIA			--	INDICADOR DE EFETIVIDADE		
FÓRMULA	Nota final da avaliação da Área de TIC * 0,9 + Nota final da Área de Negócio * 0,1 (O cálculo das notas da Área de TIC e Negócio são calculadas de acordo com os critérios definidos pelo CNJ no Manual do iGovTIC, atualizado a cada ano)										SENTIDO DE MELHORIA		Maior é Melhor (mM)			
META	Maior que 90									ORIGEM DOS DADOS		Fontes diversas das unidades da SGTEC		UNIDADE DE MEDIDA	Pontos (0 a 100)	
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	Ano	2021	2022	2023	2024	2025										
	Resultado iGovTIC	77,40	88,32	84,48	94,09	92,36										
RESULTADOS NO PERÍODO																
RESULTADO ANTERIOR	84,48	RESULTADO NO PERÍODO - Período: 2025 Fonte: CNJ 														
RESULTADO ATUAL	92,36															
META	90,00															
EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - FONTE: Ano																
																
ANÁLISE CRÍTICA	O TJRJ obteve pontuação de 92,36 no iGovTIC-JUD 2025, resultado ligeiramente inferior ao de 2024 (94,09), mas ainda enquadrado no nível de maturidade "Excelência", destinado às instituições que alcançam mais de 90 pontos. A análise por domínios evidencia uma evolução no Domínio da Área de TIC. O índice geral só não superou o resultado de 2024 em razão da pontuação do Domínio da Área de Negócio.															
AÇÕES GERENCIAIS																
Responsável pela emissão do relatório:		Leandro Jose Soares				Responsável (aprovação e divulgação):		João Marcelo Romano				Data:		18/11/2025		



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

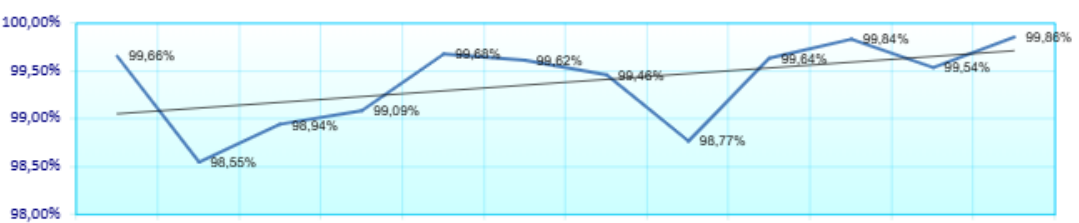
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TJERJ														
PLANILHA DE INDICADORES														
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.														
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGTEC	INDICADOR ESTRATÉGICO				INDICADOR GERENCIAL		INDICADOR OPERACIONAL			X	OUTROS		
MACRODESAFIO	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados					OBJETIVO ESTRATÉGICO		Aprimoramento da Governança de TIC / Aprimoramento da Gestão da Infraestrutura e dos Equipamentos de TI / Aprimoramento dos Sistemas Institucionais e Geração de Inovações Tecnológicas						
INDICADOR	Índice de Solicitações de Atendimento Concluídas Dentro do Prazo					PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE		Gerenciar Incidentes / Gerenciar Requisições						
FINALIDADE	Acompanhar o percentual de solicitações de atendimentos finalizados dentro do prazo estipulado.											CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		Status
PERIODICIDADE	Mensal		INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO				INDICADOR DE DESEMPENHO			X				
FÓRMULA	$(\sum \text{ de quantidade de solicitações de serviço atendidas dentro do prazo } / \sum \text{ de quantidade de solicitações de serviço abertas}) \times 100$											SENTIDO DE MELHORIA		MM
META	Maior que 95%							ORIGEM DOS DADOS		Ferramenta de ITSM		UNIDADE DE MEDIDA		Porcentagem
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2023	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Resultado no Per.
		96,96%	97,87%	96,70%	97,59%	98,51%	97,69%	97,71%	97,09%	95,26%	96,27%	92,91%	90,89%	96,42%
	2024	jan-25	fev-25	mar-25	abr-25	mai-25	jun-25	jul-25	ago-25	set-25	out-25	nov-25	dez-25	Resultado no Per.
		96,96%	97,87%	96,70%	97,59%	98,51%	97,69%	97,71%	97,09%	95,26%	96,27%	92,91%	90,89%	96,42%
	2025	jan-26	fev-26	mar-26	abr-26	mai-26	jun-26	jul-26	ago-26	set-26	out-26	nov-26	dez-26	Resultado no Per.
		96,34%	97,13%	97,32%	98,91%	98,21%	99,15%	99%	99%	99%	94%	90%	97%	97,13%
RESULTADOS NO PERÍODO														
LINHA DE BASE	96,42%	RESULTADO NO PERÍODO - Período: Out/25 Fonte: DEATE												
RESULTADO ATUAL	97,13%													
META	95,00%													
		EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO - FONTE: DEATE												
ANÁLISE CRÍTICA	Em 2025, durante a maior parte do período avaliado, o indicador manteve-se em patamar superior à meta estabelecida (95%). Como exceção, registra-se os meses de outubro e novembro de 2025. Tal ocorrência decorre da implantação da nova ferramenta de SGTI, realizada em 27/10/2025. Após a entrada em produção, foram identificadas inconsistências na contagem e na atribuição de SLA, tais como a geração de registros duplicados e a desconsideração do horário de expediente, o que impactou diretamente a apuração do indicador.													
AÇÕES GERENCIAIS	S													
Responsável pela emissão do relatório: James Maler Rozenberg														
Responsável (aprovação e divulgação): João Marcelo Romano														
Data: 16/01/2026														



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) SECRETARIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

		TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TJERJ																	
PLANILHA DE INDICADORES																			
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.																			
UNIDADE ORGANIZACIONAL		SGTEC		INDICADOR ESTRATÉGICO		INDICADOR GERENCIAL		X		INDICADOR OPERACIONAL		OUTROS							
MACRODESAFIO		Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados				OBJETIVO ESTRATÉGICO		Aprimoramento da Gestão da Infraestrutura e dos Equipamentos de TI											
INDICADOR		Disponibilidade de Banco de Dados				PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE		Gerenciar a Disponibilidade e a Capacidade de TIC											
FINALIDADE		Monitorar e garantir a disponibilidade de banco de dados										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		Status					
PERIODICIDADE		Trimestral		INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO				INDICADOR DE DESEMPENHO				X							
FÓRMULA		(Σ de horas de conexão bem sucedidas no período / Σ de horas do período) x 100										SENTIDO DE MELHORIA		MM					
META		Maior que 99,50%						ORIGEM DOS DADOS		Ferramenta de monitoramento		UNIDADE DE MEDIDA		Porcentagem					
EVOLUÇÃO DO INDICADOR		2023		1º T 2023		2º T 2023		3º T 2023		4º T 2023		Resultado no Per.							
				99,66%		98,55%		98,94%		99,09%		99,06%							
		2024		1º T 2024		2º T 2024		3º T 2024		4º T 2024		Resultado no Per.							
				99,68%		99,62%		99,46%		98,77%		99,39%							
		2025		1º T 2025		2º T 2025		3º T 2025		4º T 2025		Resultado no Per.							
				99,64%		99,84%		99,54%		99,86%		99,72%							
RESULTADOS NO PERÍODO																			
LINHA DE BASE		99,39%																	
RESULTADO ATUAL		99,54%																	
META		99,50%																	
ANÁLISE CRÍTICA		Apesar de o indicador ter permanecido acima do limite meta estabelecida, no terceiro trimestre de 2025 foi observada uma redução na disponibilidade em relação aos dois trimestres anteriores, decorrente de falhas no monitoramento que resultaram em indisponibilidades causadas por falta de espaço em disco.																	
AÇÕES GERENCIAIS		Foi reforçada junto às equipes a importância do monitoramento contínuo dos ambientes de produção, de forma a permitir a atuação preventiva antes da ocorrência de indisponibilidades. As ações de reforço surtiram o efeito esperado, possibilitando o monitoramento efetivo do ambiente e contribuindo para o aumento do percentual de disponibilidade no quarto trimestre de 2025.																	
Responsável pela emissão do relatório:				Diego Carvalho Napolitano				Responsável (aprovação e divulgação):				João Marcelo Romano				Data:		22/01/2026	